

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXIII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE FEVEREIRO DE 2024

NÚMERO 8.503

MESA

Mauro De Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Padre Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Carlos Humberto

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos
UB PSD

Jair Miotto Napoleão Bernardes
PTB
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos
MDB PSDB

Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos
PT PDT

Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sérgio Motta

Liderança dos Partidos
**PODEMOS NOVO
REPUBLICANOS**

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto
Pepê Collaço
Sérgio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Emerson Stein
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mário Motta
Sérgio Guimarães
Lunelli

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Carlos Humberto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mário Motta
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Fernando Krelling

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mário Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco - Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira
Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Oscar Gutz - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sérgio Motta - Presidente
Estêner Soratto
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Emerson Stein
Altair Silva
Mário Motta

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva - Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Oscar Gutz
Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUÍVEL E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Tiago Zilli - Vice-Presidente
Sérgio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Massocco
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Sérgio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Fernando Krelling - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcius Machado
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Pepê Collaço

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcius Machado - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Lucas Neves
Massocco
Marquito
Jair Miotto
Fabiano da Luz

| | | |
|---|--|---|
| <p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p> | <p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXII NESTA EDIÇÃO: 46 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p> | <p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÃO PLENÁRIA.....2</p> <p>COMISSÃO MISTA 17</p> <p>ATOS DA PRESIDÊNCIA 31</p> <p>ATOS DA PRESIDÊNCIA DL 31</p> <p>ATOS DA MESA..... 36</p> <p>ATOS DA MESA DL..... 36</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 39</p> <p>REQUERIMENTO 39</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 39</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 39</p> <p>ATOS DA MESA..... 39</p> <p>PORTARIAS 45</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 46</p> <p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO..... 46</p> |
|---|--|---|

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 011ª SESSÃO SOLENE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2023, DE CONCESSÃO

DA COMENDA DO LEGISLATIVO CATARINENSE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Deputado Maurício Eskudlark, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Rodrigo Minotto;

Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, doutor Paulo Cezar Ramos de Oliveira, neste ato, representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho dos Santos Mello;

Excelentíssimo senhor 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Dr. Gerson Cherem II, neste ato, representando o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Altamiro de Oliveira;

Excelentíssimo senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, doutor Fábio de Souza Trajano;

Excelentíssimo senhor Presidente, em exercício, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Conselheiro José Nei Alberton Ascari;

Excelentíssimo senhor Prefeito do município de Florianópolis, Topazio Silveira Neto;

Excelentíssimas autoridades civis, militares, eclesiásticas, imprensa, representantes de entidades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada pela Mesa para a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense, instituída pela resolução nº 002, de 04 de setembro de 2008.

A seguir, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo barítono Juan Pablo Rodrigues, acompanhado pelo tecladista Natan Medeiros.

(Procede-se a interpretação do hino.)

Registro a presença das seguintes autoridades: excelentíssimo senhor Deputado Federal Carlos Chiodini; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da 13ª a 14ª legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Federal na 52ª e 53ª legislatura, Odacir Zonta; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da 14ª a 18ª legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Valmir Comin; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da 14ª a 19ª legislatura e Presidente da Assembleia Legislativa na gestão 2022, Moacir Sopelsa; excelentíssima senhora Deputada Estadual da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Simone Schramm; excelentíssimo senhor Deputado Estadual da 19ª legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Nazareno Martins; excelentíssimo senhor Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, doutor Sérgio Antônio Rizelo; excelentíssimo senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Wilson Rogério Wan-Dall; excelentíssimo senhor Secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Santa Catarina, Marcelo Fett; excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Comunicação de Santa Catarina, João Evaristo Debiasi; senhor Conselheiro Estadual e coordenador geral das Comissões da Ordem dos Advogados de Santa Catarina (OAB), Pedro Cascaes Neto, neste ato, representando a presidente da OAB seção de Santa Catarina, Cláudia da Silva Prudêncio; excelentíssimo senhor diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, doutor Gonsalo Agostini Ribeiro; reverendíssimo Padre Élcio José de Toledo, neste ato, representando o Colégio Catarinense; senhor presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Detran), ex-deputado Kennedy Nunes; senhor delegado da Delegacia de Desaparecidos da Polícia Civil de Santa Catarina, Wanderley Redondo; senhora presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina (Fampesc), Rosi Dedekind; senhor presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares – PróGenéricos, Tiago de Moraes Vicente; senhor gerente administrativo do Instituto Nacional de Meteorologia, Qualidade e Tecnologia de Santa Catarina, Roberto Borba, neste ato, representando o presidente do Inmetro, senhor Alexandro Soratto; senhora diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), regional de Florianópolis, Elaine Sallas, neste ato, representando a Federação Catarinense de Teatro (Fecate); senhor Secretário de Estado do Turismo de Santa Catarina no período de 2012 a 2016, Felipe Mello; senhor assessor parlamentar Rui da Luz, neste ato, representando o gabinete do Deputado Federal Pedro Uczai; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Bombinhas, Paulo Henrique Dalago Muller, popular Paulinho; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Tubarão, Jairo dos Passos Cascais; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Urupema, Evandro Frigo Pereira; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Joinville, Adriano Silva; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Lindóia do Sul, Neudi Angelo Bertol; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Gaspar, Kleber Edson Wan Dall; excelentíssima senhora Vice-Prefeita do município de Urupema, Cristiane Muniz Pagani; excelentíssimo senhor Vice-Prefeito do município de Lindóia do Sul, Pedro Ary Parizotto; e excelentíssimo senhor Vice-Prefeito do município de Brusque, André Batisti. Sejam todos bem-vindos!

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo senhor Deputado Mário Motta, neste ato, representando todos os parlamentares desta Casa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MÁRIO MOTTA - Queridos amigos deste Parlamento! Eu peço que compreendam e aceitem uma quebra de protocolo ao deixar de lado as formas usuais de tratamento ao me referir a todos e a todas como amigos e amigas deste Parlamento. Desde o representante do excelentíssimo senhor Governador do Estado, aos ilustres presidentes desta Casa e do vizinho judiciário, por seu representante, que compõem as três mais importantes citações de

poderes do nosso Estado. Eu peço que recebam, igualmente, o nosso carinho e a nossa gratidão por suas presenças meus queridos colegas deputados e deputadas, colegas de legislatura, demais autoridades citadas pelo Presidente, senhores e senhoras, homenageados, familiares, seus convidados especiais, bem como todos os servidores da Alesc que prepararam esta cerimônia com todo o carinho para recebê-los. *[Transcrição: Northon]*

Esta é uma noite de muita alegria, de um imenso sentimento de gratidão, reconhecimento e da mais pura justiça. Mas, por mais que assim compreendamos, é imperioso refletir o antagonismo que nos leva a um confronto circunstancial com muitos irmãos catarinenses. Estamos vivendo tempos difíceis relacionados às provações motivadas pelo desequilíbrio climático que devemos receber como alerta e que precisa ser considerado para reflexões, atitudes e ações preventivas até onde nos caibam decidir. Para os irmãos catarinenses assolados pelas cheias, num dos maiores desafios de toda a nossa história, eu peço a todos aqui presentes que transmitamos o nosso pensamento, a nossa energia e as nossas orações, lembrando nas palavras de Sêneca no texto, *O temor combate-se com a esperança*: “não haverá razão para viver, nem termo para as nossas misérias, se for *mister* temer tudo quanto seja temível. Neste ponto, põe em ação a tua prudência; mercê da animosidade de espírito, repele inclusive o temor que te acomete de cara descoberta. Pelo menos, combate uma fraqueza com outra: tempera o receio com a esperança. Por certo que possa ser qualquer um dos riscos que tememos, é ainda mais certo que os nossos temores se apaziguam, quando as nossas esperanças nos enganam. Estabelece equilíbrio, pois, entre a esperança e o temor; sempre que houver completa incerteza, inclina a balança em teu favor: crê no que te agrada. Mesmo que o temor reúna maior número de sufrágios, inclina-a sempre para o lado da esperança; deixa de afligir o coração, e figura-te, sem cessar, que a maior parte dos mortais, sem ser afetada, sem se ver seriamente ameaçada por mal algum, vive em permanente e confusa agitação.” Reafirmo e concluo, este momento de abertura, pelo qual pedi licença a todos, porque é um momento de solidariedade, lembrando que o temor combate-se com a esperança e sabendo ser o catarinense exemplarmente resiliente, confio e sei que falo por todos. Confiamos, plenamente, que mais uma vez eles irão superar as adversidades e, em muito pouco tempo, suas vidas estarão reconstruídas. Eu sou grato pela compreensão de todos e num giro completo de sentimentos, retomo a cerimônia que nos reúne aqui, neste maravilhoso plenário Osni Régis. E falo para os senhores, senhoras, empresas e instituições, a partir de agora.

Existem pessoas tão espontâneas que conseguem driblar a vida com tanta facilidade que, para elas, viver parece brincar. Outras carregam no fardo de suas dores e tudo parece mais difícil. Para uns é dada a grandeza da resiliência, a outros, a sabedoria, a paciência. Alguns possuem inteligência rara, uns são simples, outros, sofisticados e elegantes. Uns são terra, outros são nuvens e aos do rio e do mar, todos, absolutamente todos, exercem o seu papel insubstituível nesta Terra e a ninguém deverá ser dado orgulho de se achar melhor. Mas se existe valor comum entre todos e todas, que estão conosco, são o empenho que dedicaram em suas vidas na construção de suas famílias, no respeito aos seus amigos e colaboradores, na aplicação empreendedora de suas ideias e, principalmente, a ação prática na crença de que o errado é errado, mesmo que todos estejam fazendo. E que o certo é o certo, mesmo que apenas você assim o faça e não pensarem duas vezes, fazendo sempre o que é certo.

É com grande emoção e honra que nos reunimos, nesta noite, para celebrar e reconhecer aqueles que, por meio do seu compromisso social e empreendedorismo, pessoas, empresas e instituições têm deixado uma marca permanente em nosso amado Estado. A Comenda do Legislativo Catarinense representa a mais alta honraria que esta Assembleia Legislativa pode oferecer e sua entrega anual é o momento de celebração, agradecimento e gratidão.

Ela Foi instituída no ano de 2008, por meio da resolução nº. 002, como forma de unificar as homenagens concedidas por esta Casa Legislativa. A Comenda busca reconhecer não apenas a excelência na execução de suas atribuições, mas também destacar aqueles que, em suas atividades cotidianas, tornaram-se verdadeiras referências, inspirando-nos a construir uma Santa Catarina cada vez melhor.

O Poder Legislativo tem a missão constitucional de legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, no entanto, senhoras, senhores, não podemos limitar nossa atuação apenas a essas funções. Reconhecer e homenagear personalidades, empresas e instituições que, em suas respectivas áreas de atuação e que, de acordo com as indicações, profundamente conscienciosas dos nossos deputados e deputadas, promovem ações relevantes e de destaque em nosso Estado, garantindo ser uma maneira de cultivar as sementes da excelência que todos vocês inseriram nesta abençoada terra de Santa Catarina e que ao brotar fazem a diferença em nossa sociedade.

Nesta noite solene, não entregamos apenas medalhas e certificados, expressamos o mais profundo sentimento de agradecimento. Obrigado, senhores, senhoras, por doarem os seus talentos, as suas inteligências, o seu tempo e dedicação aos nossos irmãos e que a Comenda do Legislativo Catarinense continue a inspirar as novas gerações a seguir o exemplo da excelência e do comprometimento que vocês tão bem representam.

Eu encaminho para a conclusão da minha humilde fala apropriando-me das palavras do grande dramaturgo William Shakespeare ao escrever: *Sonho de uma noite de verão*. Diz ele: “Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão. No fundo, isto não tem muita importância. O que interessa mesmo não é a noite em si; são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado”. Foram por vossos sonhos que os trouxeram até esta noite aqui, vossos sonhos transformados em realidade que fizeram com que cada um e cada uma, fossem lembrados e lembradas, como merecedores e merecedoras desta homenagem.

Eu sou muito grato aos demais colegas, 39 deputados e deputadas desta Casa que, pelo convite da Presidência, atribuíram-me a imensa responsabilidade de falar em vossas homenagens. Incumbência cujo valor só é tão grande quanto o privilégio de poder falar em vossos nomes.

E para encerrar, eu busquei, incessantemente, palavras que certamente todos os meus colegas escolheriam para resumir um sentimento que é comum, o sentimento da gratidão, o sentimento que mais aproxima o homem de Deus. E confesso a vocês que só encontrei duas palavras, que eu tenho certeza todos os vossos homenageantes usariam e por isso eu as usarei. Senhoras, Senhores, homenageados, representantes das empresas e instituições, igualmente merecedoras desta Comenda, aqui vão as palavras: muito, muito, muito obrigado por existirem e por viverem de forma tão referencial em nossa bela terra de Santa Catarina. Vamos fazer “uma boa noite”, uma grande semana e muito grato pela carinhosa atenção de todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Registro a presença do excelentíssimo senhor Prefeito do Município de Palhoça, Eduardo Freccia; senhora magnífica Reitora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), professora doutora Luciane Ceretta, sejam todos bem-vindos.

Hoje, o Brasil celebra o Dia Nacional da Consciência Negra. Em reverência à figura de Zumbi dos Palmares, morto em 1695, durante a resistência de negros que defendiam a liberdade de escravos fugitivos reunidos no Quilombo dos Palmares, localizado entre Alagoas e Pernambuco.

É um dia especial em que podemos refletir sobre a necessidade de nos empenharmos para construir cada vez mais uma sociedade plural e integradora. Em nossa Assembleia Legislativa, há poucos metros deste plenário, está o busto em homenagem à professora Deputada Antonieta de Barros, a primeira parlamentar negra eleita no Brasil em 1934. O nosso Parlamento, há poucos dias recebeu, a Deputada Vanessa da Rosa, também professora, a segunda parlamentar negra na história da Assembleia Legislativa. Aliás, o seu retrato histórico já está em nossa Galeria Lilás, com muito mérito.

Aqui na Alesc, desenvolvemos um projeto direcionado à inclusão social de jovens de comunidades carentes, muitos dos quais são negros, o Projeto Antonieta de Barros - PAB. E entendemos que ainda há muito por ser feito pela inclusão em nossas universidades, no serviço público e na sociedade em geral. O Parlamento é um local plural, aberto as ideias e projetos que reforçam a igualdade de oportunidades para todos, o que justifica nossa reverência à data que hoje se celebra.

Neste momento, convido os mestres de cerimônias para procederem a nominata dos homenageados que receberão a Comenda do Legislativo Catarinense 2023.

OS MESTRES DE CERIMÔNIAS (Henrique Burigo e Nicoli Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite! Boa noite. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a honra de conceder na noite de hoje, a Comenda do Legislativo Catarinense. Instituída pela resolução nº. 002 de 04 de setembro de 2008. É a mais alta honraria concedida pelo Parlamento catarinense. Homenageia personalidades e organizações que promovem o engrandecimento social, cultural, político e econômico do nosso Estado.

A partir deste momento, procederemos a nominata das organizações e personalidades agraciadas com a Comenda do Legislativo Catarinense 2023.

Carlos Eduardo Sanchez iniciou uma decisiva participação com a comunidade catarinense, em 2016, ao assumir o controle acionário de um dos maiores grupos de comunicação do sul do país.

O presidente do conselho de administração do grupo MC, proprietário da NSC, é um empreendedor de sucesso, afeito a grandes desafios. Assumiu aos 26 anos a farmacêutica EMS, criada por seu pai e desde então, empreendeu um acelerado ritmo de crescimento ao grupo NC. A expansão dos negócios incluiu o setor imobiliário, comunicação e energia eólica. Economista com várias especializações. É reconhecido nacionalmente por seu perfil arrojado. *[Transcrição: Yasmim]*

Neste momento, excelentíssimo senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, fará a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Carlos Eduardo Sanchez.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Márcia Stuelp é produtora rural em São João do Oeste e referência na suinocultura pelos padrões sanitários e de desenvolvimento genético do plantel alojado na Granja da Lagoa. Empreendedora com visão da importância global de Santa Catarina para a produção de alimentos. Está à frente nas tomadas de decisões em um segmento de atividades rurais em que poucas mulheres lideram.

Neste momento, excelentíssimo senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, fará a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense a senhora Márcia Stuelp.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

O Pastor Nilton dos Santos tem carreira ministerial duradoura e ilibada. Além de presidir a Assembleia de Deus em Blumenau, é presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, com mais de três mil líderes sob a sua supervisão e orientação. Sua trajetória é marcada não apenas por sua posição proeminente, mas também pela maneira como tem moldado e influenciado positivamente a vida de inúmeras pessoas ao longo de sua carreira.

Neste momento, convidamos excelentíssimo senhor Deputado Marcos da Rosa para fazer a entrega da Comenda do Legislativo ao Pastor Nilton dos Santos.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Mauro Cesar Finco é natural de Anchieta, no extremo-oeste catarinense, fundou com seu pai a Comércio Carnes Finco LTDA., distribuidora dos produtos da marca Seara para todo o oeste catarinense. Hoje, Finco Alimentos atua em centenas de municípios em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Além de ser um empreendedor bem-sucedido, Mauro Cesar Finco é um exemplo de profissionalismo e dedicação, tanto nos negócios quanto no serviço à comunidade.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Altair Silva fará a entrega da Comenda ao senhor Mauro Cesar Finco.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Natural de Brusque, Rafael Cassiano da Silva é empresário e se destaca no setor de tecnologia voltada à recuperação de áreas ecológicas. Ao lado de seu sócio, Rodrigo Zaleski, fundou a Verdetec, empresa do ramo ambiental que apresentou ao mercado nacional tecnologias verdes para o controle de erosão e prevenção de desastres naturais por meio da hidrossemeadura. Atualmente é considerada a maior organização de conhecimento, insumos e equipamentos para hidrossemeadura da América Latina.

Convidamos a excelentíssima senhora Deputada Ana Campagnolo para fazer a entrega da Comenda do Legislativo ao senhor Rafael Cassiano da Silva.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Ralf Sebold começou a trabalhar desde muito cedo. Aos 19 anos, ao lado da família, fundou a Bold, indústria de chapas de ACM, policarbonato e acrílico, com ampla linha de soluções que derivam desses materiais. A empresa começou modesta e hoje leva o nome de Jaraguá do Sul para clientes de todos os cantos do mundo.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Antídio Lunelli fará a entrega da homenagem ao senhor Ralf Sebold.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nazareno Setembrino Martins registra uma carreira política de compromisso com os catarinenses. Ao longo de sua trajetória, cumpriu seis mandatos como vereador de Palhoça, sendo presidente da Câmara de Vereadores por cinco vezes e em 2000 foi eleito vice-prefeito do município. Em 2018 foi eleito deputado estadual, teve seu mandato marcado por uma forte atuação, presença e destinação de recursos a diversos municípios catarinenses.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Camilo Martins fará a entrega da homenagem ao senhor Nazareno Setembrino Martins.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nelson Nitz, *in memoriam*, tornou-se figura de destaque por suas contribuições pioneiras no setor da construção civil em Balneário Camboriú. Com uma carreira multifacetada foi engenheiro, construtor e hoteleiro, além de ter fundado o Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon) de Balneário Camboriú e Camboriú. Sua dedicação à cidade também se manifestou na política. Foi eleito vereador e legislou entre os anos de 1982 e 1988 e entre os anos de 2005 e 2008. Faleceu em junho deste ano deixando um legado notável a Santa Catarina.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Carlos Humberto fará a entrega da homenagem, *in memoriam*, a Nelson Nitz, representado neste ato pelo filho, Bruno Nitz Neto.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Anselmo Firmo de Oliveira Cruz atua combatendo crimes contra o patrimônio há dez anos na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) e desde 2014 está à frente da Delegacia Antissequestro. Há 15 anos, é professor da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol). Foi o primeiro delegado de polícia promovido por ato de bravura na polícia civil de Santa Catarina.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Delegado Egidio fará a entrega da Comenda do Legislativo ao Delegado de Polícia Anselmo Firmo de Oliveira Cruz.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Leonardo Fausto Zipf é presidente da Duas Rodas Industrial de Jaraguá do Sul, líder nacional na fabricação de aromas e ingredientes para a indústria de alimentos e bebidas. Sob sua gestão, a empresa se consolidou como multinacional brasileira com atuação global, com mais de 10 mil clientes em 40 países e maior produtora de aromas e ingredientes para alimentos e bebidas da América do Sul. Em 2019, foi condecorado com o Prêmio Mérito Industrial de Santa Catarina e homenageado com o Título de Cidadão Honorário de Jaraguá do Sul.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso fará a entrega da homenagem ao senhor Leonardo Fausto Zipf.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Roderjan Diehl Volaco, presidente e sócio fundador da Vokkan, é um dos mais importantes empresários do sul do país e incentivador do desenvolvimento da região da Costa Esmeralda em Santa Catarina. Sua visão empreendedora transformou o Grupo Roderjan em uma grande potência no Estado.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Emerson Stein fará a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Roderjan Diehl Volaco.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Padre Raimundo Ghizoni, *in memoriam*, foi um líder religioso inspirador, com mais de dois terços de sua trajetória dedicados à vida sacerdotal. Foi ordenado diácono, em 1949, na Catedral de Florianópolis. Atuou como vigário nas paróquias de Araranguá e de Criciúma. Criou a Fundação da Assistência e Cultura à Infância Tubaronense (Acit), atualmente chamada de Associação de Promoção e Educação Tubaronense (Aproet) com quatro jardins de infância nos Bairros Humaitá, Passagem, Centro e Dehon. Faleceu no último dia seis de novembro, aos 98 anos.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Estêner Soratto fará a entrega da homenagem, *in memoriam*, ao Padre Raimundo Ghizoni, representado neste ato pela presidente da Associação de Promoção e Educação Tubaronense (Aproet), Sandra Regina Cascaes da Silva.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

A trajetória de voluntariado de Jandira Alves marcou a vida de muitas famílias de Pinhalzinho. Tornaram-na uma referência em solidariedade e serviço à comunidade. E não é por menos, são 45 anos de dedicação. De professora de catequese à líder comunitária, um dos seus feitos mais notáveis foi o trabalho desempenhado na pastoral da criança, onde dedicou seus esforços ao cuidado dos pequenos, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Fabiano da Luz, fará a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense a senhora Jandira Alves.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Lourival Ruthes é agropecuarista desde seus 10 anos quando começou a trabalhar com seus pais na lavoura, na Comunidade de Colônia Ruthes, município de Major Vieira, Planalto Norte catarinense. Empreendedor no ramo do agro, atualmente se dedica à produção de soja, milho, trigo, feijão e à criação de gado de corte, nos municípios de Major Vieira, Monte Castelo e Papanduva.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Fernando Krelling fará a entrega da homenagem ao senhor Lourival Ruthes.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Pedro Cascaes Filho foi o primeiro presidente da Associação da Micro e Pequena Empresa do Vale do Itajaí (Acimpevi), em 1984, atualmente chamada de Associação de Micro e Pequenas Empresas (Ampe). A entidade foi pioneira na organização do movimento associativista de empresas de micro e pequeno porte no Brasil. Também foi presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc) e da Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa (Conampe).

Neste momento, representando o senhor Deputado Ivan Naatz, excelentíssimo senhor Deputado Rodrigo Minotto fará a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Pedro Cascaes Filho.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

O Reverendo Leodoro Fernandes da Silva está há 34 anos à frente da primeira Igreja Quadrangular de Joinville, na qual hoje atua como superintendente da região, sendo responsável por 24 igrejas. Foi o criador do Recanto da Paz, uma área para eventos com capacidade para 600 pessoas, na zona sul de Joinville. Também é fundador do Centro de Recuperação Vale da Luz, que abriga cerca de 40 alunos que recebem tratamento especializado, localizado na área rural da cidade.

[Transcrição: Milyane]

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Jair Miotto fará a entrega da homenagem ao senhor Leodoro Fernandes da Silva.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Francisco Graciola iniciou sua vida profissional aos 16 anos, trabalhando como barbeiro. Anos depois, em 2003, juntamente com o seu filho Jean Graciola, fundou a FG Empreendimentos, que hoje é uma das maiores construtoras do Brasil. Está à frente de uma *holding* com mais de 60 empresas e com mais de cinco mil colaboradores, com seu ímpeto empreendedor, trouxe para Santa Catarina um mercado arrojado, com investimentos que impulsionam a economia.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Jerry Comper faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Francisco Graciola.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nascido em Irati, no Paraná, Vilmar Guedes é um exemplo de sucesso. Com passagem pela Cerâmica Eliane e anos de dedicação na região sul de Santa Catarina, fundou a Alianda Pisos e Azulejos, consolidando a empresa como referência na região carbonífera do Estado. Patrocinador de longa data do Criciúma Esporte Clube, Guedes também se tornou o presidente do time, trazendo sua paixão e visão para o campo do esporte.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Jessé Lopes fará a entrega da homenagem ao senhor Vilmar Guedes.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Rotary Club do município de Sombrio, distrito 4652, foi fundado em 1979 e integra uma rede global de líderes comunitários em que pessoas se unem e tratam em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades e no mundo todo. Entre as ações, destacam-se a criação, gestão e a manutenção do Lar Beneficente do Idoso São José, instituição de longa permanência, fundada em 1993. A dedicação empenhada revela o compromisso social e comunitário que é uma marca da instituição.

Neste momento, convidamos excelentíssimo senhor Deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem ao Rotary Club de Sombrio, neste ato, representado pela senhora Jussara da Silva Pereira Isoppo.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

A Associação Beneficente Anjos Mineiros de Lauro Müller, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2003 por Vita Barato. É um projeto social da carbonífera catarinense que estimula a união entre as mulheres da comunidade para confeccionar enxovais de bebês, mais de 3.400 famílias já foram beneficiadas. A entrega é realizada em encontros com palestras para orientar as futuras mães. A Associação também mantém o coral infanto-juvenil Anjos Mineiros.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Julio Garcia fará a entrega da homenagem à Associação Beneficente Anjos Mineiros, neste ato, representada pela senhora Maria Aparecida Souza.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Roberto Rogério do Amaral foi pioneiro na televisão e no rádio FM no Paraná e em Santa Catarina, liderou o sistema catarinense de comunicação desde 1976 e fundou a TV Planalto, em Lages, no ano de 1981. Foi Presidente da Associação Empresarial de Lages (ACIL) e da Associação Catarinense de Rádio e Televisão (Acaert). A sua trajetória de pioneirismo na mídia, liderança empresarial e impacto social por meio da Fundação Carlos Jofre do Amaral, ressaltam a sua contribuição à sociedade catarinense.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Lucas Neves faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Roberto Rogério do Amaral.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Jeruse Maria Romão atua desde 1983 no campo da educação das relações Étnico-Raciais, com ênfase na história da educação dos negros e na formulação de políticas educacionais para as redes estadual e municipal de Santa Catarina. Em 2002, atuou como consultora da Unesco, coordenando no Ministério da Educação as políticas públicas de fortalecimento de jovens negros, indígenas no ensino médio e superior. Atualmente, coordena a Escola Afro Popular Leonor de Barros.

Neste momento, a excelentíssima senhora Deputada Luciane Carminatti fará a entrega da Comenda à senhora Jeruse Maria Romão.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Orlando Cattoni é um exemplo de dedicação, trabalho e empreendedorismo em Lages. Há 25 anos, comanda a Rede de Hotéis Cattoni, referência em qualidade na região. Desde cedo, começou a empreender e tem uma trajetória de sucesso e reconhecimento.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Marcius Machado faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Orlando Cattoni.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

A Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) foi criada em 22 de novembro 1980 para atuar pelo fortalecimento e valorização da rádio difusão de Santa Catarina.

Atualmente reúne 260 emissoras de rádio e 24 emissoras de televisão associadas, congregando 100% das emissoras comerciais e educativas do Estado.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Marcos Vieira fará a entrega da homenagem à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), neste ato, representado pelo senhor Fábio Bigolin.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Antônio Obet Koerich é presidente das Lojas Koerich, a empresa varejista mantém a gestão familiar como um de seus diferenciais e já conta com três gerações no dia a dia, construiu um legado que vai além da empresa, faz parte da história de Santa Catarina, junto do irmão Walter, ousou empreender e criar uma nova cultura comercial.

Atualmente, a Koerich conta com mais de 125 lojas no Estado e está com um plano de expansão para o meio oeste e oeste catarinense.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Mário Motta faz a entrega da Comenda do Legislativo ao senhor Antônio Obet Koerich.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

A Procuradora da República Analúcia de Andrade Hartmann está no Ministério Público Federal de Santa Catarina há 31 anos. Teve a vida profissional e pessoal marcada pelo encontro com a temática e a população indígena. Conheceu todas as áreas indígenas do Estado, tornando-se uma das grandes auxiliadoras dessas comunidades.

Em Florianópolis, tornou-se uma das principais referências na atuação pela defesa do meio ambiente e das pessoas com deficiência.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Marcos José de Abreu, fará a entrega da Comenda à senhora Analúcia de Andrade Hartmann.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Renato Garibotti assumiu o pequeno negócio de seus pais e trabalhou para transformar a empresa familiar numa das maiores do segmento de padaria, indústria de alimentos no sul do país. Em 2004, inaugurou a indústria de alimentos Santa Terezinha, uma empresa de 66 anos sólida e que é referência na produção de alimentos no sul do Brasil. Hoje, a empresa tem estrutura própria e mais de 170 colaboradores, gerando emprego e desenvolvimento regional.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Edilson Massocco faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Renato Garibotti.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Adriano Bornschein Silva sempre foi envolvido em projetos de voluntariado e há 20 anos é atuante na brigada de incêndio dos bombeiros voluntários, na cidade de Joinville. Foi coordenador dos bombeiros mirins e vice-presidente da instituição. Em 2020, foi eleito prefeito de Joinville, assumiu a prefeitura com o propósito de fazer uma administração voltada para as pessoas e resgatar o orgulho joinvilense por sua cidade.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Matheus Cadorin fará a entrega da homenagem ao senhor Adriano Bornschein Silva.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Rafael Mirando da Silva é um dos fundadores da Cia Canoinhas de Papel, fabricante de papel higiênico, guardanapos e toalhas de papel. O empresário foi presidente da Associação Empresarial de Canoinhas por oito anos. Atualmente, é membro do conselho do hospital Santa Cruz, da administração da APAE e desde 2015 é diretor administrativo financeiro do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina.

Convidamos, neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Maurício Eskudlark para fazer a entrega da Comenda do Legislativo ao senhor Rafael Mirando da Silva.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Mário Cezar de Aguiar é empresário dos setores da construção civil e do plástico, desde 2018 preside a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), dando ênfase à defesa da melhoria da infraestrutura do Estado, a internacionalização, a inclusão, a inovação e a neointustrialização, também é vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. É membro dos Conselhos Nacionais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Santa Catarina.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Maurício Peixer fará a entrega da homenagem ao senhor Mário Cezar de Aguiar.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)[*Transcrição: Guilherme*]

Valmir Muller fundou a Müller Novo Horizonte Distribuidora LTDA, em 1982. A empresa se destaca no comércio atacadista e de distribuição, no ramo de alimento humano, pet e perfumaria, contando hoje com mais de 220 colaboradores diretos. Com forte atuação no associativismo, Walmir Müller exerceu liderança em entidades como a Sicredi, Fecomércio, Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses (Adac) e Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Napoleão Bernardes faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Valmir Müller.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Domingos Pelizzaro nasceu em Concórdia, e desde cedo se dedicou às atividades da agricultura junto com a família, mas foi no comércio que solidificou sua vida profissional, atuando há 50 anos no ramo, sendo 37 deles à frente de sua própria empresa, a Filtros de Água Pelizzaro. É uma pessoa atuante e presente na comunidade. Como empresário, tem sido um grande apoiador e incentivador de diversas entidades esportivas e culturais, bem como de associações de moradores e entidades beneficentes.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta fará a entrega da homenagem ao senhor Domingos Pelizzaro.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Marcello Corrêa Petrelli iniciou seu trabalho na televisão há 35 anos. Herdou do pai, o empresário Mário José Gonzaga Petrelli, a visão empreendedora que transformou o Grupo ND num dos maiores conglomerados de comunicação do país, com atuação em todas as plataformas de mídia. Com cerca de 600 funcionários, a empresa pratica um jornalismo responsável e propositivo.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Nilso Berlanda faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Marcello Corrêa Petrelli.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nascido em Florianópolis, Padre Marcelo Fernandes de Aquino, atualmente mora em Belo Horizonte e trabalha na Faculdade Jesuítas de Filosofia e Teologia, na qual já foi reitor entre 1987 e 1991. É membro do Conselho Diretor da Universidade Brasil, do Conselho Deliberativo da ONG Parceiros Voluntários, do Fórum de Reitores das Universidades Jesuítas e da Aliança para Inovação de Porto Alegre. Sua importância para Santa Catarina e para o Brasil, entre outras ações, está no fortalecimento da educação geral e na formação humanista e cristã.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Padre Pedro Baldissera fará a entrega da homenagem ao senhor Padre Marcelo Fernandes de Aquino.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Gilberto Tomazoni, atual CEO Global da JBS, tem vasta experiência e conhecimento na indústria alimentícia. Trabalhou na empresa Sadia por 27 anos, começando como estagiário até alcançar o posto de CEO. Em 2013, ingressou na JBS como presidente Global do negócio de aves e, como CEO, liderou a Seara Alimentos, adquirida pela JBS em 2013. No ano de 2015, assumiu a presidência global de operações e, em 2017, tornou-se diretor de operações da JBS. No ano de 2018, tomou posse como CEO global da JBS, função que ocupa até hoje.

Neste momento, a excelentíssima senhora Deputada Paulinha faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Gilberto Tomazoni.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Arlton Barreiros de Souza, colunista político respeitado no sul catarinense, iniciou sua carreira aos 14 anos em rádios locais. Foi fundador das Rádios Verde Vale, em Braço do Norte e a Itabajara FM, atualmente Massa, em Tubarão. Foi Secretário de Comunicação, Esporte e Cultura de Tubarão entre 1989 e 1992. Também participou da Fundação da Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente e das diretorias do Lar da Menina e da Associação dos Profissionais de Imprensa.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Pepê Collaço fará a entrega da Comenda ao senhor Arlton Barreiros de Souza.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Fernando da Silva Comin é mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Atuou como Promotor de Justiça nas comarcas de São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Mafra, Chapecó, Joinville, Itajaí e Balneário Camboriú. Foi Procurador-Geral de Justiça, entre 2019 e 2023, desenvolveu projetos que contribuem para uma instituição mais eficiente, resolutiva e próxima das pessoas. Atualmente integra o Conselho Nacional do Ministério Público.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Rodrigo Minotto faz a entrega da Comenda do Legislativo Catarinense ao senhor Fernando da Silva Comin.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Reinaldo Antônio Baldessin, o Nardela, é ídolo do Joinville Esporte Clube pelo qual foi campeão catarinense sete vezes. Em 1976, foi chamado para a Seleção Brasileira de Amadores, hoje sub-20, e, no ano seguinte, disputou o Torneio de Cannes, na França; e o 1º Mundial de Juniores, na Tunísia. No JEC, foram duas passagens que somam 12 anos e 680 jogos. Ainda atuou nos clubes catarinenses, Blumenau, Hercílio Luz e Brusque. Atualmente é Coordenador Técnico das Categorias de Base do Joinville Esporte Clube.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Sargento Lima fará a entrega da Comenda ao senhor Reinaldo Antônio Baldessin.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Daniel Paladino tornou-se um dos principais Promotores de Justiça de Santa Catarina, dedicado às causas de cidadania, garantia de direitos fundamentais e à área de execuções penais. Iniciou a carreira no Ministério Público Catarinense, em 1992, passando pelas Comarcas de Criciúma, Abelardo Luz, Balneário Camboriú, Palhoça, Itajaí e Florianópolis, onde segue atuando junto à 30ª Promotoria dos Direitos Humanos e Cidadania.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Sérgio Guimarães faz a entrega da Comenda do Legislativo ao senhor Daniel Paladino.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nascido em Águas Mornas, Antônio Hillesheim ingressou no ramo da Construção Civil aos 17 anos como servente de obra. Em 24 de outubro de 1978, com muito esforço e dedicação, fundou a AM Construções, empresas de destaque na região de São José. Há 21 anos realiza um trabalho social junto à APAE de São José, onde atua presencialmente e busca constantemente recursos para a instituição.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Sérgio Motta fará a entrega da Comenda ao senhor Antônio Hillesheim.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Roberto Gabriel Salvaro, filho de agricultores, tornou-se médico pela Universidade Regional de Blumenau e se especializou em Cardiologia no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Desde o ano de 2008, é cardiologista no Hospital São Sebastião no Município de Turvo. Durante 10 anos, atuou de forma voluntária em plantões de sobreaviso na Área de Cardiologia, na instituição, com o intuito de auxiliar os plantonistas no atendimento a pacientes graves, além de realizar consultas gratuitas à população.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Tiago Zilli faz a entrega da Comenda do Legislativo ao senhor Roberto Gabriel Salvaro.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

O Grupo Copobras foi fundado em 1970, no município de São Ludgero, por Alúcio Schlickmann, pioneiro no segmento que viria a ser a principal fonte de economia da cidade. Opera com 13 unidades produtivas distribuídas no território nacional. A empresa tem um papel importante na economia de São Ludgero e nas regiões que possuem unidades, gerando mais de três mil empregos diretos.

Neste momento, excelentíssimo senhor Deputado Wolnei Weber fará a entrega da Comenda ao Grupo Copobras, neste ato, representado pelo senhor Milton Schlickmann.

(Procede-se à entrega da Comenda.)

(Palmas)

Nós parabenizamos, mais uma vez, todos os homenageados e homenageadas desta noite. Agradecemos aos senhores deputados e senhoras deputadas pela entrega das homenagens.

Neste momento, convidamos a todos para assistirem à apresentação do Duo de Contrabaixo e Voz, *A Corda em Si*, composta por Mateus Costa, contrabaixista, compositor e arranjador; Fernanda Rosa, cantora e compositora. Eles interpretam as canções *Agricultor de Sonhos*, de Mateus Costa, Marcelo Mello e Fabiana Veríssimo; *Toada*, composição de Zé Renato, Cláudio Nucci e Juca Filho.

Muito obrigado!

(Procede-se à apresentação musical.)

(Palmas) [Transcrição: Taquígrafa Eliana]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Eu quero agradecer ao Duo *A Corda em Si*, pela apresentação, à Fernanda e ao Mateus que têm deficiência visual, mas isso não os impediu de construir uma carreira muito bonita. Parabéns, vocês abrilhantaram a noite!

(Palmas)

Quero agradecer também ao Juan Pablo Feltrini Rodrigues, barítono de apenas 20 anos, que veio de Turvo para interpretar os hinos nesta sessão. Muito obrigado!

(Palmas)

Também não posso deixar de falar dos músicos Iva Giracca, Roger Corrêa, Pablo Lazarte e Alexandre da Maria que se apresentaram no *hall* de entrada, no início da cerimônia. Obrigado pela pelas apresentações.

(Palmas)

Neste momento, registramos as presenças: excelentíssimo senhor Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Dr. Osmar Nunes Júnior; excelentíssimo senhor Prefeito do município de Pedras Grandes, Agnaldo Filipe; Prefeito do município de Major Vieira, Edson Schoereder; excelentíssima senhora Secretária Municipal de Educação de Major Vieira, Marilda Rodex; excelentíssimo senhor presidente da Associação Catarinense do Ministério Público de Santa Catarina, Promotor de Justiça Alexandre Stefani; relações públicas da Associação Empresarial de Florianópolis, jornalista Manoel Timóteo de Oliveira. Sejam todos bem-vindos!

A seguir, convido para fazer uso da palavra em nome dos homenageados, desta noite, o senhor Promotor de Justiça, Dr. Fernando da Silva Comin.

O SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA FERNANDO DA SILVA COMIN - Boa-noite a todas as senhoras e senhores! Eu quero cumprimentar, inicialmente, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Deputado Mauro de Nadal, que é reconhecido por sua capacidade inesgotável de diálogo, de união e de promoção da harmonia entre os poderes do nosso Estado e entre todos os nossos parlamentares. Vossa excelência é um homem conhecido por sua serenidade e segurança, mas também por sua visão social, que muito nos orgulha. Portanto, receba inicialmente as nossas homenagens.

Quero cumprimentar também o prefeito da capital do nosso Estado, Prefeito Topázio Neto, é uma alegria tê-lo aqui conosco; Deputado Maurício Eskudlark, vice-presidente da Assembleia Legislativa; Deputado Rodrigo Minotto, responsável pela minha indicação, integrante da Mesa Diretora, muito obrigado pela distinção; Conselheiro José Nei Ascari, que representa aqui o presidente do nosso Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Desembargador Gerson Cherem II, que representa o presidente do nosso Tribunal de Justiça do Estado; meu querido amigo Paulo César Ramos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública; e meu querido amigo Fábio Trajano, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Cumprimento também todas as senhoras deputadas, senhores deputados, homenageados e seus familiares, servidores e servidoras da Assembleia Legislativa.

Nesta data, eu não poderia começar, embora já referido pelo nosso Presidente, mas não poderia deixar de iniciar uma referência necessária ao dia de hoje, o Dia da Consciência Negra, dia que representa a resistência numa só pessoa de quase cinco milhões de escravos negros que foram transportados à força para cá, enquanto que nos Estados Unidos nós tivemos apenas 400 mil escravos. Essa luta persiste e perdura até hoje. Eu faço essa homenagem em nome da professora Jeruse Romão, que é a única homenageada negra nesta solenidade.

(Palmas)

Santa Catarina é mesmo um Estado diferenciado, minhas senhoras e meus senhores. É um Estado diferente de todos os demais da nossa federação. É diferente porque ele é formado, ele compõe um mosaico de etnias, fruto do nosso processo histórico de formação e colonização, portugueses, alemães, italianos, russos, poloneses, austríacos, japoneses, todos habitam o nosso Estado e são responsáveis por este Estado de excelência, como já foi aqui referido.

Um dos menores Estados da federação, 1% apenas do território é catarinense, mas é a sexta economia do nosso país, uma economia diversificada. E hoje nós vimos aqui, Deputado Mário Motta, como a nossa economia é diversificada pela diversificação dos homenageados, cada um representando um setor: construção civil, agricultura, agroindústria, cerâmica, indústria-metal-mecânica e tecnológica. Enfim, temos a maior expectativa de vida do país, quase 81 anos. Nós temos a menor taxa de desemprego e a menor taxa de informalidade. Nós ocupamos o primeiro lugar no ranking de segurança pública, Deputado Antídio Lunelli e Secretário Paulo César; e uma das três primeiras posições de competitividade econômica, Presidente Mário Aguiar; segundo no ranking de educação, mas nós vamos ultrapassar o Ceará.

Evidentemente que o resultado de Santa Catarina não pode ser atribuído apenas ao Governo, ao Parlamento, a uma e outra instituição. O resultado de Santa Catarina ele é de todos nós, catarinenses, que construímos dia a dia este Estado

de excelência. Impera, aqui, nesta Terra a ordem e os bons costumes que impulsionam, juntamente com o valor do trabalho dos nossos imigrantes e fundadores, uma sociedade justa e desenvolvimentista, composta por homens, mulheres e instituições capazes de fazer e respeitar aqui os direitos fundamentais, os direitos humanos de todos aqueles que escolheram ou nasceram nas terras de Santa Catarina de Alexandria, prosperando com suas famílias e seus sonhos.

Apesar da virtude pujante do nosso povo, da nossa gente, um lançar de olhos ao nosso redor não nos subtrai, infelizmente, ao infortúnio da iniquidade e da injustiça. E as notas graves de uma sintonia de clamores pela virtude, pela justiça, pela igualdade de oportunidade e pela paz, ressoam como um alerta, sempre presente de que nenhuma democracia, em nenhum Estado de Direito, está salvo do poder da tirania daqueles que a subvertem para satisfação única de suas próprias necessidades, Deputado Padre Pedro Baldissera, num *apartheid* perigoso de uma casta de mandatários que procura subtrair do povo o legítimo poder de conduzir os destinos desta jovem, porém castigada democracia. [Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

Deputado Julio Garcia, neste cenário, as palavras do eterno Ruy Barbosa ressoam sempre atuais: “de tanto ver triunfar nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”. Parece-nos, Deputado Mauro, que para modificarmos positivamente esse estado de coisas, não há outra via se não resgatarmos os valores da boa política. Aquela que não pode jamais se transformar em um jogo polarizado, de muita ideologia e pouca disposição para vencer as diferenças em benefício das pessoas. Não podemos perder a nossa capacidade de dialogar, de construir soluções e respeitar as divergências e a pluralidade do pensamento como vossa excelência faz e todos os deputados na nossa augusta Assembleia Legislativa. Vossas excelências primam pela defesa do pensamento plural e das divergências. E qual é o papel da política nesse contexto, Deputado Maurício? Em uma síntese, nós podemos afirmar apenas que a política, desembargador Gerson, é a arte de cuidar de quem mais precisa, professor. Isso é política! Por isso a funcionalidade da política, Marcello Petrelli, deve estar acima de qualquer aspecto partidário ou ideológico, doutor Carlos Sanchez. Não cabendo ao gestor público e aos poderes ignorarem os problemas reais do ambiente social ao seu redor. Afinal, qual é o sentido da política se não fazer a diferença positiva na vida das pessoas, Deputado Napoleão?

E aqui cabe uma referência especial, sim, ao nosso Parlamento. Tenho para mim que cada Poder do Estado guarda a sua importância, mas não há nenhum poder mais próximo das pessoas do que o Poder Legislativo. É verdade, infelizmente, que pela ação negativa de poucos, muitas vezes, o Parlamento acaba sendo duramente cobrado e criticado pela sociedade, pela imprensa e pelos próprios órgãos de controle, Desembargador Rizelo. Mas no final das contas todos nós sabemos que sem a ação positiva do Legislativo, nenhum direito, nenhuma política pública, nenhuma garantia fundamental podem ser implementadas e asseguradas pelo Poder Executivo ou pelo Poder Judiciário.

O Parlamento é, literalmente, a Casa do Povo e a representação viva e fiel da democracia catarinense. Todas as regiões do nosso Estado estão aqui representadas com defesa dos direitos e necessidade de cada segmento da nossa sociedade, que muitas vezes são diametralmente diversas, diga-se de passagem. Todas as culturas estão aqui representadas: germânica, italiana, lusitana, japonesa e africana. Agricultura de um lado e a pesca do outro, a indústria e os serviços, o público e o privado. O ambiente em que as necessidades e clamores mais diversos se encontram em uma busca incessante pela justa composição e equilíbrio de cada um dos interesses em jogo na realização do bem comum.

Há partidos aqui com ideias liberais, há partidos conservadores e partidos dos progressistas, católicos, espíritas, evangélicos e umbandistas. Uma miscigenação de ideias, valores ideais, pautas, prioridades, todos buscando concretizar as promessas de uma Constituição que foi plasmada pelo estado social, inspirada democraticamente. Um celeiro de ideias e projetos para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso povo. Um belo quadro da diversidade histórico, político e cultural da nossa nação.

Por isso, não podemos perder de vista a importância da presente sessão. O reconhecimento do significado da atuação de cada uma das senhoras e dos senhores homenageados pelos legítimos representantes do povo na formação desse patrimônio imaterial e inestimável, que é o orgulho de ser catarinense, de carregar no peito o amor pelo nosso Estado, pela nossa história, pelos nossos valores e pelo nosso progresso.

Temos aqui entre os homenageados, mulheres e homens com as mais variadas trajetórias de vida. A professora Jeruse Maria Romão e o presidente da Fiesc, doutor Mario Cezar de Aguiar; o Prefeito Adriano de Joinville e a produtora rural Márcia Stuelp; o CEO do Grupo ND, Marcello Petrelli e o presidente do Grupo proprietário da NSC, Carlos Sanchez; o presidente do Grupo SCC SBT, Roberto Amaral e o presidente da Acaert, Fábio Bigolin; o jornalista Arilton Barreiros e o cardiologista Roberto Salvaro; o empresário Rafael da Silva e o Promotor de Justiça Eduardo Paladino; a Procuradora Analucia Hartmann e o Deputado Nazareno Martins; o empresário Ralf Sebold e o delegado Anselmo de Oliveira; a líder comunitária Jandira Alves, essa senhora que nos orgulha aqui, é um exemplo vivo da dedicação em prol de uma comunidade e o agropecuarista Lourival Ruthes; o reverendo Leodoro Fernandes, o padre Marcelo de Aquino e o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni; enfim, todos os homenageados têm um aspecto em comum, Deputada Paulinha. Todos ostentam em seus currículos relevantes serviços prestados, Deputado Guimarães, à nossa comunidade, às pessoas do nosso Estado, a Santa Catarina.

Para finalizar, eu peço vênha aqui, mas não poderia deixar de expressar minha imensa alegria em receber indicação do meu nome pelo Deputado Rodrigo Minotto, cuja trajetória parlamentar bem demonstra o seu grau de comprometimento com as pessoas e com o Estado democrático de direito, assim como cada um dos deputados e deputadas.

Eu finalizo aqui com as palavras do poeta Mário Quintana: “Viver é acalantar sonhos e esperanças, fazendo da fé a nossa inspiração maior. É buscar nas pequenas coisas um grande motivo para ser feliz”. Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Vivemos uma noite memorável, pois o nosso Parlamento realiza esta sessão solene para homenagear pessoas e entidades que se destacam e merecem reconhecimento. A Comenda do Legislativo Catarinense é concedida aos que fazem a diferença em favor de Santa Catarina e sua gente. Deputadas e deputados indicaram vocês, os agraciados com esta homenagem, a mais importante do Parlamento estadual. Essa escolha reflete a percepção de atuações de lideranças nas mais diferentes regiões do Estado. Alguns empreendem e, por meio de suas atividades, criam oportunidades para mostrar como se faz bem-feito. Como é possível melhorar procedimentos com organização e criatividade, perseverança e ousadia.

Outros homenageados desenvolvem ações sociais de grande amplitude para mudar a vida das pessoas. Todos, certamente, têm imensa responsabilidade em nossas comunidades. O Poder Legislativo, por isso, reverencia as senhoras e senhores com o reconhecimento dos catarinenses.

Nossa Assembleia Legislativa estreita laços com quem faz a diferença para mostrar apoio às iniciativas de sucesso e posturas que refletem à vanguarda de Santa Catarina. Por fim, quero aproveitar o momento para adiantar que, nesta quarta-feira, pela manhã, nossa Assembleia Legislativa realizará outra solenidade para apresentar o resultado de trabalhos desenvolvidos nos últimos meses, com a participação de todas as senhoras e senhores parlamentares e de dezenas de entidades a favor de avanços na segurança nas escolas. Serão projetos resultantes das atividades do Comitê de Ações Integradas para a Cidadania e a Paz nas Escolas e propostas que pretendem contribuir muito com Santa Catarina, pela segurança de nossos alunos, da comunidade escolar e de nossas famílias.

Fica desde já o convite para que acompanhem este momento e valorizem mudanças que pretendem colaborar por uma Santa Catarina cada vez melhor. Este projeto foi construído com a participação do Poder Judiciário, com a participação do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Governo do Estado de Santa Catarina e inúmeras entidades representativas em nosso Estado.

A Presidência agradece a presença das autoridades e a todos que nos honraram com seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, convoco outra sessão, ordinária, para amanhã, no horário regimental e após ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo barítono Juan Pablo Feltrín Rodrigues e pelo tecladista Nathan Medeiros, estará encerrada a presente sessão.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Cinthia]*

[Leitura: Yasmim] [Revisora: Rubia]

COMISSÃO MISTA**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 129-DL, DE 5/10/2023 (ROMPIMENTO DO RESERVATÓRIO R4 DE ÁGUA DA CASAN), REALIZADA NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 17H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Boa tarde a todos e a todas.

Damos início à 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência nº 129-DL, agendada para hoje, às 17h30min, que conta com a presença do Deputado Lunelli e do Deputado Mário Motta, Relator.

Antes de entrarmos na ordem do dia, que é a oitava do nosso convidado, eu pergunto se algum Deputado quer apresentar requerimento.

Passo a palavra para o Deputado Mário Motta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Boa noite, senhor Presidente e Deputado Lunelli.

Apenas confirmando, nós estamos no oitavo encontro da Comissão Mista e na 7ª Reunião Ordinária, esta com a participação de convidados.

Eu peço, extrapauta, autorização para apresentar três requerimentos que nos ajudarão a complementar dúvidas que ficaram por serem sanadas nas oitavas anteriores e que, por facilitar não somente o nosso questionamento, mas acreditamos que a própria resposta dos indagados, seria muito importante que nós recebêssemos uma resposta o mais rapidamente possível das pessoas a quem eu relato.

O primeiro requerimento seria dirigido à construtora Gomes & Gomes, aos cuidados dos senhores José Roberto Gomes e Luiz Celito de Souza Matos, uma vez que nós os convidamos inicialmente e houve a justificativa da impossibilidade de estarem presentes, se não me engano na 2ª ou na 3ª Reunião Ordinária, e que, recentemente, embora não de forma oficial, nós recebemos a informação de que eles foram orientados pelo advogado a não participarem da reunião, respondendo posteriormente quando chamados, se for o caso, judicialmente e não pela Comissão.

Como nós não temos poder de convocação, nós lamentamos. O espaço está livre, estava e continuará livre para que eles possam participar conosco. Ainda teremos pelo menos mais duas reuniões com possibilidade de oitava, ainda em dezembro, e nós continuaremos instigando e naturalmente fomentando a possibilidade da participação da Gomes & Gomes. E, independente disso, esse é um primeiro requerimento com algumas indagações que nós estamos fazendo à Gomes & Gomes.

O segundo requerimento, no mesmo encaminhamento, é para o diretor-presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), também buscando informações que ficaram pendentes não somente na vinda dele, mas dos fiscais que estiveram conosco naquela oportunidade.

E o requerimento dirigido ao senhor Paulo Henrique Wagner, responsável técnico da Toposolo, que gentilmente esteve presente na primeira oitava, com algumas informações a partir de falas que foram trazidas em questionamentos com outros integrantes do evento em si.

Eu agradeço muito a presença do doutor Abreu, que é o advogado que acompanha a Toposolo, e eu tenho certeza de que essas respostas poderão ser devidamente devolvidas à Comissão o mais rapidamente possível.

E, finalmente, um requerimento solicitando a prorrogação do funcionamento da Comissão. Nós temos isso já liberado de início em até 60 dias, mas eu quero crer que não haverá necessidade de todo esse prazo, nós estamos pedindo mais 45 dias a partir do dia 11. Portanto, nós teríamos esta reunião de hoje, teríamos a próxima reunião no dia 11, que seria o primeiro dia do prazo prorrogado por 45 dias, conforme aprovação pelos membros da Comissão Mista, teríamos uma possível reunião no dia 12 ainda deste mês, com a presença do diretor-presidente da Casan, que se colocou à disposição para estar conosco e fechar as dúvidas possíveis – precisamos dessa confirmação, caso contrário não teríamos essa reunião do dia 12 –, e só voltariamos no dia 27 de fevereiro, em função do final do ano e do que chamamos de recesso parlamentar, para apresentar o relatório preliminar e no dia 5 de março, na 10ª Reunião Ordinária, para a apresentação e votação de um relatório final da Comissão.

Eu confesso aos senhores que fico feliz por termos um começo, um meio e a perspectiva de um fim definido com clareza, e só pedimos essa prorrogação para efeito de juntada de todo o material que temos num documento que possa ser, pedagogicamente, acompanhado com clareza por todos.

Então eu solicito à presidência que coloque, se o Deputado Lunelli concordar, a aprovação em bloco desses requerimentos e do requerimento que solicita a prorrogação por 45 dias a partir do próximo dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Coloco em discussão os requerimentos apresentados de forma oral pelo Deputado Mário Motta.

(Pausa.)

Não havendo quem os queira discutir, eu coloco em votação em bloco os requerimentos.

Aprovados por unanimidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Muito obrigado aos dois [Deputados]. Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Não é difícil, somos três aqui. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Grazielle da Silva*]

Mas os requerimentos têm muita consonância com o que estamos discutindo aqui, até porque hoje teríamos dois convidados, que não se fazem presentes, e a terceira convocação, do senhor Hugo Rohden, que é servidor da Casan, para podermos conversar.

Eu convido o senhor Hugo Rohden para estar conosco aqui na mesa.

(Dirigem-se à mesa os senhores Hugo Rohden e Ivan Cesar Fischer Junior, advogado da Casan.)

Boa tarde, sejam bem-vindos. Eu queria dizer que esta Comissão Mista não tem atribuição de inquérito, de investigação propriamente dita. Ela é uma Comissão que busca, na sua essência, entender as causas que levaram ao rompimento e compreendendo também o impacto das consequências. Portanto, é uma Comissão na qual vocês têm total liberdade para responder ou não.

E, de antemão, sabendo que não é uma convocação, mas um convite, nós agradecemos muito pela disponibilidade, assim como a todos e a todas que têm vindo aqui conosco.

Eu vou passar a palavra ao Relator para que ele faça as questões diante do que ele tem construído no relatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Muito obrigado.

Seu Hugo Rohden e seu Ivan Fischer, advogado da Casan, nós queremos reforçar esse agradecimento, especialmente porque é um convite, não é uma convocação, e a disponibilidade em estar conosco é buscar todos os esclarecimentos, como sempre tentamos fazer desde a primeira reunião, com todo respeito aos profissionais envolvidos no que acabou sendo um evento lamentável e triste. Mas, ao mesmo tempo, pelo fato de não ter causado nenhuma morte, houve feridos leves, faz-nos crer que ele poderá se transformar num episódio até positivo para mudarmos os processos, se for o caso, e encontrarmos superações às dificuldades técnicas que surgiram e que foram levantadas aqui nessas últimas reuniões.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Estamos no oitavo encontro da Comissão Mista, na 7ª Reunião Ordinária, com a participação, hoje, dos dois convidados.

Ressalto que o engenheiro da Casan que ouviremos a seguir, senhor Hugo Rohden, ao qual mais uma vez agradeço pela presença, inicialmente não constava do cronograma de trabalho desta Comissão Mista, aprovado no dia 25 de outubro. Entretanto, durante a oitava do engenheiro da Toposolo, empresa responsável pelo projeto estrutural, bem como dos fiscais da Casan, ficou claro que o engenheiro Hugo Rohden era o chamado gestor – acho que esse é o termo utilizado -, portanto o contato que intermediava todas as dúvidas que surgiram sobre o projeto e ao longo da execução da obra.

Assim, nós entendemos ser ele uma pessoa estratégica na tentativa de elucidarmos alguns pontos ainda meio nebulosos, obscuros sobre as circunstâncias da obra. E aproveito para mencionar que, assim como fizemos nas demais oitavas, preservamos a transparência da apuração e permaneceremos citando em slides os documentos que embasam os nossos questionamentos.

Feitos esses comentários iniciais, vamos iniciar considerando o primeiro questionamento: durante reunião desta Comissão, no dia 7 de novembro, o senhor Paulo Henrique Wagner, engenheiro da Toposolo, responsável pelos projetos estruturais dos reservatórios também do R4, do Monte Cristo, e da Forquilha, informou que as sondagens dos solos que embasaram as elaborações dos referidos projetos foram de competência da Casan – a Casan teria feito a avaliação.

Considerando que tanto na obra do Monte Cristo quanto na construção do reservatório Irineu Comelli adutoras em funcionamento foram encontradas no subsolo, no local de estaqueamento das estruturas; e considerando, ainda, a ausência de planilha orçamentária das estacas do reservatório de Forquilha, tendo tais apontamentos gerado atrasos no contrato,

pergunta: não seria obrigação dos técnicos da Casan saberem da existência das adutoras e desviá-las antes da execução do contrato EOC 966, evitando os significativos atrasos no início das obras? Os senhores não tinham noção da adutora? O que o senhor pode nos dizer?

O SR. HUGO ROHDEN – Boa tarde a todos.

Então, sobre esse questionamento da posição das adutoras, em princípio eu diria que sim, acho que a sondagem... nós temos dois tipos de sondagem. A primeira, sondagem para determinação das propriedades do subsolo, e o outro tipo de sondagem é para a identificação, no caso, dessa adutora que existia ali dentro.

De praxe, deve se saber onde está isso, mas, sim, vindo... aí a questão é: eu teria que dar a minha opinião ou se eu fui partícipe disso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Se não foi partícipe, fica mais tranquilo.

O SR. HUGO ROHDEN – Assim, até acho que é bom nós começarmos a esclarecer. Assim, esclarecendo que os projetos já estavam aprovados, já existiam esses projetos à época em que eu acabei sendo envolvido nessa interlocução entre a fiscalização e a Toposolo. Os projetos são de 2010 e o meu ingresso na Casan se deu em 2012, em agosto de 2012. Então, na verdade, eu nem sou o gestor do projeto, nem fiscal do projeto.

Com o início da execução, e a gente acompanhou isso porque eu já estava lá, quando essas questões surgem o meu papel fica mais nessa questão da interlocução entre as dúvidas ou os questionamentos da fiscalização empreiteira com a Toposolo, na pessoa do engenheiro Paulo Wagner, certo? Então, é mais nesse sentido.

Assim, parte-se do pressuposto de que isso já havia sido identificado, então... [Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Vera Regina Zacca]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Isso. A primeira pergunta fica prejudicada.

O SR. HUGO ROHDEN – É, exatamente. Mas eu, assim, na minha opinião acredito que sim, não é, que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor é servidor da Casan?

O SR. HUGO ROHDEN – Eu sou funcionário da Companhia desde 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – A Casan tem algum mapa do Estado...

O SR. HUGO ROHDEN – Temos, sim. Nós temos o cadastro técnico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Para saber onde vão as adutoras?

O SR. HUGO ROHDEN – A gente tem o cadastro técnico das redes de água e esgoto dos sistemas do Estado inteiro. Obviamente que existe... Em algum momento a atualização em campo, para vir depois para o escritório, tem um período ali para que essa informação chegue, mas a gente tem esse cadastro atualizado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Agora é mais uma opinião mesmo, se não quiser responder não tem problema: alguém cochilou então, porque era só ter olhado. Tem duas adutoras ali embaixo...

O SR. HUGO ROHDEN – Não sei dizer. Não sei dizer, como eu não estava à época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim, sim.

O SR. HUGO ROHDEN – Não sei dizer se não foi observado isso, não tenho como cravar que isso não foi observado. Até para o projeto, não tenho como saber isso. Não teria como saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – A pergunta é especificamente para o projeto.

O SR. HUGO ROHDEN – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O projeto foi elaborado não levando em consideração, e provavelmente o primeiro problema enfrentado... quer dizer, o primeiro foi do corte de árvores, que ficou claro...

O SR. HUGO ROHDEN – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – E o segundo foi o encontro da adutora, inclusive com o rompimento de uma delas, provocado pelo...

O SR. HUGO ROHDEN – Sim, eu já estava na Companhia nessa época e a gente acompanhou isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Isso.

O SR. HUGO ROHDEN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Abordando mais especificamente a construção do reservatório do Monte Cristo, e apenas para registro na Comissão, o senhor acaba de informar qual foi, então, a sua função... a pergunta era justamente qual seria a sua função e o senhor já deixou isso claro.

O SR. HUGO ROHDEN – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Entrou praticamente dois anos depois que a obra já havia iniciado.

O SR. HUGO ROHDEN – O projeto, né? Porque o projeto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O projeto, isso.

O SR. HUGO ROHDEN – O projeto é de 2010 e eu entrei na Companhia em agosto de 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Em 2012. E a obra já havia começado? Estava em algum estágio que o senhor possa identificar?

O SR. HUGO ROHDEN – Que eu me recorde, não. Eu não tenho ao certo a data do início da obra. Como eu sou da área de projeto, então as datas de início de obra eu não tenho ao certo, a gente pode buscar isso, mas há um envolvimento da minha pessoa ao longo da execução da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Está certo. Eu só queria confirmar isso.

Até o início da execução efetiva, nós tivemos 840 dias.

O SR. HUGO ROHDEN – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então, é muito provável que, do projeto até o início da obra, efetivamente...

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor deve ter ingressado praticamente logo que a obra começou.

O SR. HUGO ROHDEN – É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Estaqueamento, o senhor já participava?

O SR. HUGO ROHDEN – Eu me recordo do início do estaqueamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Do início do estaqueamento.

O SR. HUGO ROHDEN – Isso eu me recordo. Até assim, se o senhor me permite, é bom deixar claro que quando o meu nome é citado, e fui citado pelo engenheiro Paulo Wagner, pela fiscalização da Casan, como gestor do projeto, eu não era o gestor do projeto, eu fui a pessoa, o engenheiro responsável por essa interlocução entre a obra e a fiscalização da Casan com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim, com a Toposolo.

O SR. HUGO ROHDEN – Com a Toposolo, porque a gente entende que como o projeto foi contratado pela Gerência de Projetos, que é onde eu estou, ainda hoje exerço as minhas funções na Gerência de Projetos da Casan, essa interlocução acabou vindo para mim, como alguém que já trabalhava na área de estruturas, enfim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Nós deveríamos ter um gestor na obra?

O SR. HUGO ROHDEN – Um gestor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Obrigatoriamente? Mesmo que não fosse...

O SR. HUGO ROHDEN – Um gestor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Que fizesse essa interlocução? Porque o que nós entendemos aqui, pelas explicações, é que até por uma questão ética, os fiscais não deveriam, entre aspas, dialogar com a construtora, para lhes dar isenção na fiscalização. Foi o que eu entendi, pelo menos.

O SR. HUGO ROHDEN – Fiscais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Os fiscais da Casan...

O SR. HUGO ROHDEN – Mas, da obra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Da obra, exatamente.

O SR. HUGO ROHDEN – Não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Pareceu-me isso, que o gestor faria a intermediação para preservar os fiscais e dar-lhes absoluta isenção e tranquilidade para poderem...

O SR. HUGO ROHDEN – São coisas diferentes. A fiscalização, até onde eu posso falar de fiscalização, porque eu não trabalho na fiscalização, a fiscalização e a parte de obra fica num lado, vamos dizer assim, é uma ponta, e a outra ponta, que vem antes, é a elaboração do projeto, que pode ser feita internamente pelos profissionais da Companhia, eu ou outro colega que já fizemos projetos, ou a contratação de projetos, e, no caso, o projeto da Toposolo é o que acabou sendo contratado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O diálogo que você amarrava era entre as dúvidas que surgiam para o desenvolvimento da construção com o projetista?

O SR. HUGO ROHDEN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Foi isso mesmo que (falha na gravação) desenhou...

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum. Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Pode trocar isso por aquilo. É basicamente essa...

O SR. HUGO ROHDEN – É. Eu era a ponte, né? E como essa ponte tem que ser feita, eu entendo que tem que ser feita por alguém da área técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Isso, especializada.

O SR. HUGO ROHDEN – Então eu acabei assumindo essa função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Considerando que, na reunião da Comissão Mista do dia 14 de novembro, os fiscais da Casan informaram que o engenheiro da Toposolo, senhor Paulo Henrique Wagner, esteve presencialmente visitando a obra do Monte Cristo; e considerando que, em pesquisa que fizemos no diário de obra do dia 14 de novembro de 2017, que foi a data da suposta visita, o fiscal da construtora Gomes & Gomes informa a ida do engenheiro da Toposolo à obra do reservatório de Forquilha, sem fazer qualquer menção ao reservatório do Monte Cristo – para registro esse slide está aí (aponta para a imagem) –, nós perguntamos: existe na Casan algum registro da presença do engenheiro Paulo, da Toposolo, na obra do Monte Cristo e/ou trocas de e-mails/mensagens confirmando a sua ida à referida obra? O senhor se recorda de ele ter ido até lá num determinado momento?

O SR. HUGO ROHDEN – Eu me recordo, sim, e acompanhei, inclusive, essas visitas técnicas para dirimir dúvidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Mais de uma, então?

O SR. HUGO ROHDEN – Eu acredito que sim, ao menos uma, enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim. *[Transcrição: Marivânia Pizzi / Leitura: Clovis Pires da Silva]*

O SR. HUGO ROHDEN – Não me recordo claramente. Eu acredito que, no mínimo, uma.

(O advogado Ivan Cesar Fischer Junior fala com o convidado fora do microfone.)

É, eu estou procurando aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Fique à vontade.

O SR. HUGO ROHDEN – Então, sim, eu estive lá com o engenheiro Paulo Wagner, até porque havia questões, dúvidas, que deveriam ser retiradas na própria obra, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Claro.

O SR. HUGO ROHDEN – Com a própria equipe que estava lá fazendo a execução, com a fiscalização da Casan.

Sobre o dia 14, o senhor comentou que a visita foi ao reservatório de Forquilha ou ao Monte Cristo? Porque é assim, nós temos um registro aqui, na época da fiscalização da Casan, do engenheiro Maurício, que dá ciência para todos de que nós estivemos, no dia 14, lá no Monte Cristo, tirar uma dúvida sobre uma armadura de ligação das paredes, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – No dia 14?

O SR. HUGO ROHDEN – No dia 14 de novembro de 2017.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Porque ali aparece: reservatório de 5.000 metros cúbicos.

O SR. HUGO ROHDEN – Certo. Pode ser que no mesmo dia tenha sido feita uma visita aos dois reservatórios, né? Mas não posso afirmar. O que eu tenho aqui é que no dia 14 de novembro nós estivemos lá no Monte Cristo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – “Nesta data foi realizada uma visita técnica na obra com o engº Hugo e Maurício (CASAN), engº Paulo Wagner (Toposolo). Objetivo da visita foi verificar o quanto seria prejudicial para a fundação da obra a presença de rocha. Devido ao fato da rocha ter tornado algo constante e não mais matações como era no início o tipo de fundação desta obra deverá ser alterado novamente. A alternativa mais viável seria o estaqueamento tipo raiz.”

O SR. HUGO ROHDEN – Esse é o de Forquilha, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Forquilha, é. Ali embaixo (aponta para a imagem): “Reservatório de 8.000 metros cúbicos.” Esse é o de...

O SR. HUGO ROHDEN – Do Monte Cristo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – “Execução das formas e armadura do encontro das paredes e pilares da Célula 1.” Que é exatamente o que o senhor constatou aí.

O SR. HUGO ROHDEN – Exatamente. Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então, na verdade, houve uma mistura apenas na execução do relatório, porque pelo que percebemos ali, ele visitou as duas obras. Pelo menos em princípio.

O SR. HUGO ROHDEN – É... assim, eu não tinha essa informação. Mas o que eu tenho de informação é o dia 14, mas é provável que também tenha sido feita essa visita, já que está anotado ali no diário de obra, né, que o engenheiro Paulo Wagner também tinha visitado a obra do reservatório de Forquilha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Considerando que o diário de obra do mês de outubro de 2017, em formato PDF (foi o único que nós conseguimos, porque não encontramos o diário de obra desse mês de outubro de 2017 na íntegra), devidamente assinado pelos fiscais da construtora e da Casan, foi o único, dentre os mais de oitenta diários existentes, que ainda se encontra extraviado, supostamente ele traria respostas a questionamentos estruturais importantes que foram realizados justamente nos últimos dias do mês anterior – foram feitos questionamentos e, de repente, nós aguardávamos o diário de obra de outubro porque imaginávamos que a resposta teria sido dada e simplesmente não encontramos esse diário; considerando que foi encaminhado a esta Comissão, em resposta a um requerimento de informação protocolado por este Relator, nós conseguimos apenas um arquivo em Excel com a minuta do diário de obra de outubro de 2017, mas o mesmo só veio com anotações preenchidas pela construtora, durante todo o mês, nada consta no campo de anotações específico do fiscal da Casan ou de respostas da Casan, para nenhum dos 31 dias de outubro, conforme exemplo que apresentamos aqui em slide.

É basicamente isso (aponta para a imagem). De um lado tem: “O fornecedor da bica corrida não forneceu material. Reservatório Célula 1 suspenso devido a falta de esclarecimento no projeto estrutural. Estamos aguardando o responsável pelo projeto.” Etc., etc. E na anotação da fiscalização não veio nada, nenhuma anotação por parte da Casan nesses 31 diários de obra de outubro de 2017.

Eu pergunto: alheio ao sumiço do PDF oficial do diário de obra, o senhor tem ideia qual o motivo para não constarem anotações dos fiscais da Casan nesses arquivos ou no Excel encaminhado pela construtora? Se o PDF foi gerado, mas extraviado, supostamente o arquivo Excel, que resultou no PDF, não deveria estar preenchido pela Casan?

O SR. HUGO ROHDEN – Bom, diário de obra não é uma atribuição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sua.

O SR. HUGO ROHDEN – Minha, né? Nem da função que eu exerço enquanto engenheiro da parte de projetos. Então não sei lhe dizer. Realmente não consigo lhe dizer o que pode ter ocorrido, porque preenchimento de diário de obra ou qualquer outra relação com diário de obra não faz parte das minhas atividades diárias na Companhia, na função que hoje estou, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Só para a gente entender, e sem responsabilizá-lo por qualquer coisa que responda...

O SR. HUGO ROHDEN – Sim, hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O diário de obra deve ser preenchido diariamente, ao final de cada dia. Uma pergunta e uma resposta. É óbvio, isso me parece, caso contrário não seria...

O SR. HUGO ROHDEN – Sim, mas é... Enfim, eu não sei como é que... É assim, eu não sei como a fiscalização procede na Casan, qual é a metodologia de preenchimento do diário de obra, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Quando havia dúvidas que o senhor tivesse que levar à Toposolo ou conversar com o Paulo, quando retornava, não acompanhava o preenchimento do diário como resposta, por exemplo?

O SR. HUGO ROHDEN – Então, a minha função era apenas de fazer essa ponte e repassar as informações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – E essas informações não ficavam registradas em lugar nenhum?

O SR. HUGO ROHDEN – Por e-mail, né? No caso por e-mail, que é a maneira com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Com a qual o senhor...

O SR. HUGO ROHDEN – Com a qual eu trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – E o senhor tem e-mails desse período?

O SR. HUGO ROHDEN – Nós temos e-mail desse período, eu acho que... Acho que tem coisas que foram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – De 1º a 31 de outubro?

O SR. HUGO ROHDEN – Temos, sim. Inclusive esses e-mails foram solicitados pela própria... pelo Tribunal de Contas, né, e a gente disponibilizou isso. Eu disponibilizei internamente e... o tanto que eu sei isso foi disponibilizado para o Tribunal de Contas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Se não houver problema para vocês, se puderem nos encaminhar esses...

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Sem óbice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – ...encaminhar esses e-mails...

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eles vão nos ajudar a compor o mapeamento...

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Sem óbices. Estamos aqui justamente para dar a devida transparência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Nós agradecemos.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – ...e contribuir na elucidação dos fatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Senhor Relator, posso fazer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Perfeitamente. Aliás, se o Deputado Lunelli também tiver dúvidas e quiser contribuir, fiquem à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – O senhor conduz muito bem. *[Transcrição e Leitura Final: Siomara G. Videira]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) — Se o engenheiro Hugo Rohden puder nos falar, porque durante esse processo aqui, de conversar e fazer alguns questionamentos para o projetista, para integrantes da Casan, para os engenheiros, a gente tem chegado nesse entendimento, que essa ausência desse período é justamente onde muitas respostas poderiam estar, nesse diário de obra. É óbvio que a gente está muito concentrado nisso, a Comissão e o Relator, especialmente, tentando entender porque foi preenchido até então, e justo nesse lugar onde poderíamos encontrar a resposta não conseguimos esses documentos que poderiam ajudar todo mundo, inclusive, ter uma solução, que é o nosso objetivo, auxiliar com a solução e o entendimento do que ocasionou.

É um procedimento preencher o diário e justamente naquele período não é preenchido. A gente já teve outros relatos de que foi trocado o sistema de e-mails da Casan nesse período e alguns e-mails nesse sentido foram perdidos, né? Justamente com essas informações.

Então, a busca do Relator e nossa, é de também de entender como é que foi esse procedimento e esse buraco que poderia explicar quase que as questões que estão sendo colocadas. Se tu tiveres alguma manifestação em relação a isso.

O SR. HUGO ROHDEN — Reitero o que já falei. O preenchimento de diário de obra, acompanhamento de obra, não faz parte das minhas atividades e também não fazia na época, tendo em visto que a minha atuação se dá na área de projetos.

No caso dessa obra e de outras obras, enfim, os questionamentos vêm, a gente entra em contato com a empresa que contratamos para fazer aquele determinado projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim.

O SR. HUGO ROHDEN — Ou se a gente, enquanto engenheiro da Companhia elaborou o projeto, fornece as informações, enfim, e retorna isso para a fiscalização.

Então, essa realidade da obra eu não participei, não tenho como fazer qualquer tipo de comentário acerca disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu gostaria de reiterar e agradecer muito o envio desses e-mails, porque eu tenho a impressão de que eles vão ser fundamentais para a gente compreender...

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum. Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – ...amarrando questionamentos com respostas que certamente foram levadas ao projetista e voltaram.

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Por exemplo, nós temos duas dúvidas importantes trazidas pela construtora nesses diários que remetem às paredes e aos pilares do reservatório R4.

Vejam lá (aponta para a imagem): reservatório de 8.000 metros cúbicos, é o do Monte Cristo. “Através do telefone, solicitamos esclarecimentos para o engº Hugo Rohden quanto a execução da armadura do pilar (P2). A solicitação de esclarecimento é necessária devido ao fato do detalhamento do projeto solicitar que fosse deixado como espera 5N16, mas na continuação do pilar pede-se 13N19.”

O senhor recorda desse fato em especial?

O SR. HUGO ROHDEN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O que o senhor poderia acrescentar?

O SR. HUGO ROHDEN – O que eu me recordo é que realmente houve esse contato e que logo após esse contato e que logo após esse contato, eu encaminho um e-mail para o engenheiro Paulo Wagner, da Toposolo, solicitando esclarecimentos e o melhor detalhamento para essa dúvida que veio da obra. E foi isso.

O que cabe dizer é que por e-mail eu não recebi essa resposta, porém, como ocorreram visitas, posso afirmar que uma ocorreu, essas dúvidas muito provavelmente foram tiradas em visita a campo pelo projetista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor não recebeu dele uma resposta?

O SR. HUGO ROHDEN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Entre aspas, oficial, escrita.

O SR. HUGO ROHDEN – Que eu me recordo, não. Assim, na minha busca de e-mails do período, eu não encontrei essa resposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Se eu entendi, não foi o senhor quem deu a resposta à Gomes & Gomes.

O SR. HUGO ROHDEN – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Ou o senhor se lembraria.

O SR. HUGO ROHDEN – Não, até porque assim, como eu não sou o responsável técnico pela elaboração do projeto. Não fui eu quem assinei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim.

O SR. HUGO ROHDEN – ...a Anotação de Responsabilidade Técnica, eu também nem dava esse tipo de opinião, enfim. Isso não é competência minha se não fui eu que elaborei esse projeto, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu entendo.

O SR. HUGO ROHDEN – Mas não fiz, isso não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu entendo o seguinte: o retorno de esclarecimento à construtora por sua pessoa não seria uma questão de opinião, o senhor teria pego uma resposta do projetista.

O SR. HUGO ROHDEN – Há, sim, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Olha aqui, o projetista mandou fazer isso.

O SR. HUGO ROHDEN – Como falei, na minha busca de e-mails eu não encontro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Não encontra. O senhor tem e-mails de respostas de outras dúvidas do engenheiro Paulo?

O SR. HUGO ROHDEN – Tenho, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Essa aí em especial o senhor não lembra?

O SR. HUGO ROHDEN – Essa aí em específico, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – É possível que ele tenha ido até lá, tenha discutido com....

O SR. HUGO ROHDEN – Muito possível. Não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim, entendo.

O SR. HUGO ROHDEN – Mas como o engenheiro Paulo Wagner esteve em campo, inclusive comigo, é provável que essa dúvida tenha sido tirada em campo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então, diante desse primeiro apontamento, o arquivo em Excel da minuta do diário de obra do dia 5/10/2017, conforme era previsto, traz essa anotação sucinta da construtora, registrando uma orientação repassada pela Toposolo em relação à diferença de barras de ferro da viga, que é o número 5, referente ao número de barras projetadas para os pilares, número 13, seguindo o slide com essa informação.

Reservatório de 8.000 metros cúbicos. O de cima são observações da empreiteira para o Forquilha, portanto, aquele em amarelo é para o Monte Cristo.

“Na data de hoje recebemos um e-mail do engº Mauricio, repassando as informações do responsável pelo projeto estrutural, informando que o transpasse da armadura N1, N2 e N5 seja de 70 cm. Restando agora, apenas a solução da armadura para a ligação entre as paredes. Serviços na Célula 1 suspenso, devido a falta de esclarecimento no projeto estrutural. Estamos aguardando o responsável pelo projeto.” *[Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Rafael José de Souza]*

O senhor se recorda desse ponto em especial, quando eles dizem, principalmente, que resta apenas a solução da armadura para a ligação entre as paredes e que os serviços na Célula 1 estão suspensos temporariamente devido à falta de esclarecimento no projeto estrutural?

O SR. HUGO ROHDEN – Sim, eu recebo do engenheiro Paulo Wagner, no dia 4 de outubro, uma resposta sobre essa questão do transpasse, ou transpasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Isso, transpasse.

O SR. HUGO ROHDEN – Enfim, ambos são corretos, transpasse ou transpasse, e encaminho isso para a fiscalização, no caso, para o engenheiro Maurício, que obviamente repassa isso para a construtora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O.k.

O SR. HUGO ROHDEN – E, no mesmo dia 4, eu agradeço ao Paulo Wagner e também peço a ele, digo a ele que estamos no aguardo do detalhamento dessas armaduras de reforço do encontro das paredes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim.

Essa resposta chegou à construtora no dia 4?

O SR. HUGO ROHDEN – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Possivelmente, porque esse diário é do dia 5.

O SR. HUGO ROHDEN – Não sei lhe dizer, porque aí seria a fiscalização, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O.k., o seu diálogo com ele foi no dia 4. É possível que...

O SR. HUGO ROHDEN – Eu encaminho para a fiscalização aqui no dia 4.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – No dia 4. É possível que tenha chegado para eles depois de preencherem esse diário de obra do dia 5.

O SR. HUGO ROHDEN – Exatamente. Encaminho no dia 4 para a fiscalização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O.k.

Bom, sobre a segunda dúvida estrutural, nós temos a anotação no diário de obra do dia 15 de setembro de 2017. Fala inclusive sobre a falta de armadura projetada para fazer a ligação entre as paredes. Aí está (aponta para a imagem): (Passa a ler.)

“Nesta data foi enviado um e-mail para o engenheiro Hugo Rohden com cópia para o fiscal solicitando esclarecimentos quanto ao fato de não haver no projeto estrutural uma armadura que faça a ligação entre as paredes. No projeto arquitetônico mostra uma mísula na ligação entre as paredes, mas não foi projetada armadura para isto.”

O que é uma mísula, tecnicamente?

O SR. HUGO ROHDEN – Mísula é esse enchimento, que existe no encontro das paredes ou no encontro da parede com a laje, que forma essa cunha, que é essa região, enfim... essa região no projeto estrutural é uma região onde a gente adota, muitas vezes, uma solução estrutural de engaste, porque tem muito esforço ali. Então, tem que ter mais armadura, tem que ter mais concreto e mais área para resistir aos esforços. E essa cunha é chamada de mísula.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então, ele diz que no projeto arquitetônico mostra a mísula na ligação entre as paredes, mas não projetada uma armadura para isso.

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor se recorda dessa dúvida?

O SR. HUGO ROHDEN – Sim. Esse questionamento chega para mim, ele é repassado para a Toposolo e a Toposolo depois encaminha, o engenheiro Paulo Wagner encaminha essa dúvida e eu repasso isso para a fiscalização, esse detalhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu quero crer que o lado direito ali (aponta para a imagem) diz bem claro como isso funciona; quer dizer, as dúvidas chegando e retornando no diário de obras, que é como imaginamos que deveria estar durante todo o mês de outubro.

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então diz: “A fiscalização informa que encaminhou à GPR (...)” o que é a GPR, por favor?

O SR. HUGO ROHDEN – GPR é Gerência de Projetos, que é onde eu atuo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – “(...) a solicitação da construtora a respeito das armaduras da mísula entre as paredes do reservatório. A fiscalização informa também que as concretagens de laje de fundo e paredes só serão realizadas após a definição das armaduras.”

Quer dizer, sustentando que, enquanto não se tenha sanada a dúvida, não vai se colocar concreto nas circunstâncias.

O SR. HUGO ROHDEN – Bom, eu acho que cabe deixar claro aqui o seguinte: sim, a fiscalização passa, traz esse questionamento, para mim e eu então repasso isso à Toposolo, ao engenheiro Paulo Wagner, e o engenheiro Paulo Wagner faz esse detalhamento, né? Ele elabora esse detalhamento adicional e encaminha isso novamente lá, para mim, e eu repasso isso para a fiscalização. E, adicionalmente, até imprimo uma folha, uma prancha e levo na obra e informo, até por e-mail, que isso foi entregue lá na obra para que isso seja executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu não sei se isso é uma prevenção da sua parte ou do profissional que faz isso...

O SR. HUGO ROHDEN – Enfim, eu acredito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – ... ou se é o processo regular?

O SR. HUGO ROHDEN – Não, não é.

Não é porque, assim, o processo é encaminhar essa documentação para a fiscalização internamente, enfim, mas não me recordo se acabei levando lá por algum pedido, enfim, mas eu acho que foi mais nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O processo é sanar a dúvida o mais rapidamente possível.

O SR. HUGO ROHDEN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Mas a gente percebe o quão importante seria uma revisão, talvez, nesse processo e que o senhor tivesse, por exemplo, até para sua segurança, uma cópia de cada informação que viesse do projetista para repassar numa circunstância como essa. A gente não quer que aconteça, mas se acontecer você tem toda a garantia. Apenas como uma observação da minha parte.

O SR. HUGO ROHDEN – Ah, não, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Como nada consta nas anotações de responsabilidade do fiscal da Casan... a pergunta era justamente a que eu fiz sem ter lido aqui, que é se o senhor se recorda da orientação que foi repassada para a continuidade dos trabalhos nesse caso aí.

O SR. HUGO ROHDEN – Sim, está inclusive registrado, né? Por e-mail, tem o registro aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Bom, vou encaminhando para as últimas perguntas.

Ainda sobre a dúvida anterior, sobre a falta de armaduras para as ligações entre as paredes do reservatório. É importante lembrarmos o que disse o fiscal da Casan, o senhor Adalberto, sobre isso, que coordena os fiscais.

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Em uma cópia de e-mail trazida pelo fiscal, o qual o senhor teria remetido à Toposolo no dia 20 de outubro de 2017, constava um questionamento sobre a sugestão do senhor Paulo Henrique Wagner, da Toposolo, de reduzirem a quantidade de armaduras de 16 milímetros – projetadas para ligar as paredes e os pilares –, na tentativa de compensar o adicional dessas armações nas ligações entre paredes, até então não projetadas.

Naquela oportunidade, o fiscal Adalberto nos disse não ter localizado a resposta que foi encaminhada pelo senhor Paulo. Entretanto, o curioso é que, conforme visto no slide anterior, no mesmo dia do envio do citado e-mail à Toposolo do dia 20/10/17, a Gomes & Gomes recebeu o projeto das armaduras da parede e a obra acabou seguindo. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. HUGO ROHDEN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então eu pergunto se o senhor se recorda de ter recebido alguma resposta, nos seus e-mails, por exemplo, do dia 20/10/2017? E, em caso afirmativo, se o senhor tem ou se recorda do conteúdo desse e-mail? Por fim, não é curioso a Casan ter localizado um e-mail enviado no dia 20/10, mas não ter localizado a resposta, supostamente recebida nesse mesmo dia?

O SR. HUGO ROHDEN – É... Bom, eu tenho o e-mail...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Isso.

O SR. HUGO ROHDEN – Eu faço esse questionamento ao engenheiro Paulo Wagner, no dia 20/10, sobre essa questão das armaduras... enfim, sobre essa compensação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Principalmente sobre a redução da quantidade...

O SR. HUGO ROHDEN – A redução, exatamente. E eu, ao final, ainda comentei que ficava no aguardo dessa alteração, lembrei que precisávamos disso urgente porque a obra estava em andamento. A resposta disso, por e-mail, eu não localizei. Então a obra depois prosseguiu, mas a resposta disso eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor não pode afirmar, por exemplo...

O SR. HUGO ROHDEN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – ...que a Toposolo encaminhou diretamente, ou que tenha... enfim, há uma dúvida que me parece crucial no projeto e de repente...

O SR. HUGO ROHDEN – Se essa resposta tivesse vindo, teria vindo para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – É o que nós imaginamos.

O SR. HUGO ROHDEN – Mas como a gente teve também visita em campo, do engenheiro Paulo Wagner, pode ser que essas dúvidas tenham sido tiradas também em campo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Vou acrescentar, mais como sugestão, mais uma vez, não em relação à sua pessoa, mas ao processo em si.

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito. Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – É fundamental, de ora em diante, que a Casan tenha isso tudo registrado, a visita em campo, a tirada das dúvidas...

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Até para evitar que um diga que o outro mandou ou não mandou, e você não tenha como comprovar isso.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Uma espécie de despacho, não é, Deputado, onde estão sendo registradas as principais ocorrências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Sim, diário de obra. Se o diário de obra fosse preenchido, como nós esperávamos, ou como se espera, estaria tudo respondido ali. A dúvida do lado esquerdo, a resposta do lado direito. O engenheiro visitou a obra e disse que é para fazer assim e assado, e pronto. As responsabilidades vão se definindo claramente. E é melhor a responsabilidade do que a dúvida, porque a dúvida acaba atingindo um monte de gente.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – O seu apontamento, no início da sua fala, hoje foi muito feliz, quando o senhor fala que esse evento infeliz que estamos aqui debatendo é uma oportunidade muito boa de aprimoramento de processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – De aprimorar processos, eu não tenho dúvida.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – E a gente tem visto nos debates internos, que temos nas comissões de trabalho e outras diligências...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Vocês têm um setor para isso, não é, de sinistros?

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Isso. E o presidente tem sido muito exigente para que se crie uma cultura em cima disso, de aprendizagem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – Se me permite, nobre Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – Vejam bem, senhores, que se isso acontecesse numa empresa da iniciativa privada, no mínimo estariam todos demitidos. Então, mais uma vez nós voltamos aqui à questão das empresas públicas, em que o negócio anda lá de qualquer jeito, de qualquer maneira, e no final acaba acontecendo o que aconteceu. Eu falo isso como empresário, como gestor público que fui do Município de Jaraguá do Sul, onde temos o Samae, que é exemplo e modelo para Santa Catarina e para o Brasil. E são questões inadmissíveis, isso aqui na iniciativa privada não existe, gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – E se existe, há responsabilização imediata e cobrança.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – Então, nós precisamos dar nomes. Nós não podemos admitir, hoje, dentro do setor público, esse tipo de comportamento, eu diria essa irresponsabilidade, principalmente com o dinheiro público, com o dinheiro do povo, porque depois acontece o que está acontecendo, gente. Nós precisamos definitivamente colocar um ponto final nisso. Desculpem-me, mas é a realidade dos fatos, do que acontece lá fora no dia a dia.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Corroboramos com o seu desabafo e agradecemos.

Em relatório de análise, de acidentes, elaborado pela própria Casan, três divergências foram apontadas como possíveis causas para o rompimento do reservatório R4. Curiosamente são três divergências que a nossa equipe tinha detectado ao analisar, do dia da assinatura do contrato de licitação entre a Gomes & Gomes e a Casan, todos os fatos possíveis de serem analisados pelo diário de obras, até o momento do estouro do reservatório, a partir daí são justamente as perícias que estão sendo desenvolvidas e que estão em fase final. Mas essas três divergências já haviam sido detectadas.

A Polícia Científica foi categórica em apresentar quatro divergências graves entre o projetado e o executado. Inclusive a Polícia Científica fez menção às divergências serem de fácil constatação, tornando ainda mais grave a conduta, no caso, dos fiscais da Casan, haja vista que os mesmos eram – ou pelo menos deveriam ser – avisados com 48 horas de antecedência de qualquer concretagem – é assim que funciona –, justamente para checarem os posicionamentos das ferragens que ficam dentro desse concreto. Todas as divergências já foram apresentadas em nossos relatórios, em quase todas as oitivas, senão em todas.

Por isso, hoje, nós queremos trazer uma nova divergência, conforme ilustrado no próximo slide (aponta para a imagem). Nós verificamos a redução da seção da parede contígua ao outro reservatório, diferentemente do que está detalhado no projeto, na folha 160, o qual especifica espessura constante em toda a altura da parede. *[Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Marivânia Pizzi]*

Onde a seta aparece (aponta para a imagem), há um degrauzinho na parede, ela é de uma determinada espessura e chega ali ela diminui e conforme evidenciado pelas setas, há uma relevante redução de seção na parte superior de uma das paredes, exatamente a que rompeu no reservatório. Diante do exposto, o senhor se recorda de ter sido aprovada alguma alteração nesse sentido? E caso não, não seria função dos fiscais atestarem tão escancarada divergência no projeto, porque o projeto não previa diminuição da espessura da parede, solicitando que a construtora adequasse a estrutura, sob pena de não ser medido o serviço adequado para ser pago e liberado?

O SR. HUGO ROHDEN – Bom, sobre essa redução, não me recordo, inclusive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Não houve nenhum questionamento dela se era para fazer assim, ou não?

O SR. HUGO ROHDEN – Não, não me recordo. Enfim, é isso que eu posso dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O.k.

Agora uma opinião. Como engenheiro, o senhor tem consciência que uma parede para se sustentar não justifica diminuir uma espessura a partir de um determinado ponto ou não.

O SR. HUGO ROHDEN – Acho que tudo é justificável quando você propõe uma revisão do projeto, e isso executado de acordo com essa revisão, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O engenheiro Paulo Wagner disse aqui no final da fala dele que ele havia revisado todo o projeto – que a própria Toposolo havia contratado um segundo engenheiro externo para fazer a revisão do projeto e foi aprovado por esse segundo engenheiro –, e que, portanto, se tudo que estava projetado tivesse sido construído daquela forma, ele garantiu que não haveria tido o rompimento, sem dúvida alguma.

Da minha parte eu agradeço imensamente o tempo disponível do engenheiro Rohden, deixo à sua disposição para alguma colocação final, agradeço mais uma vez, embora seja uma solicitação verbal, mas se puderem nos encaminhar os e-mails de 1º a 31 de outubro de 2017...

O SR. HUGO ROHDEN – Perfeito. Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – ... vai nos ajudar a fechar exatamente o nosso relatório.

E agradeço mais uma vez a participação do nosso querido Lunelli e sua Marquito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Eu pergunto se tem mais alguma questão, se os convidados têm mais alguma questão para colocar, algum complemento. Não?

O SR. HUGO ROHDEN – Não, acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Ótimo.

Primeiro eu quero dizer que o andamento da Comissão tem sido feito com muita qualidade e com muita responsabilidade. Quero parabenizar o Relator e toda a sua equipe que tem dado toda atenção especial.

Quero aqui lamentar, profundamente, a ausência e a falta de respostas, de presença da Gomes & Gomes, que é uma empresa privada e executora desse processo, para nós tiraríamos algumas dúvidas que estão sendo colocadas, Deputado Lunelli, e poderíamos ter avançado bastante se tivéssemos aqui como ouvir e sanar dúvidas desses vazios, especialmente nesse período de trinta dias que estamos com dificuldades de acessar informações, que as teses ou evidências colocadas na mesa, vão nós levando para uma mudança na execução a partir do projeto e que não conseguimos identificar. Então quero lamentar e agradecer a presença do engenheiro da Casan.

Temos uma próxima reunião agenda para o próximo dia 11, dia 12?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Nós temos previsto para o dia 11, que é primeiro dia de prazo prorrogado, conforme aprovação pelos membros, se não conseguirmos realizar uma reunião no dia 11, aguardamos a confirmação da volta do diretor-presidente da Casan, Moritz, para o dia 12, ele disse que estaria disponível. Se conseguirmos fazer no dia 11 com a presença dele, caso contrário, se confirmar, no dia 12 e caso ele não possa comparecer, uma vez que é fruto de um convite, nós fechamos as oitivas e partimos para o prazo de 45 dias para apresentação do relatório preliminar, no dia 27 de fevereiro e no dia 5 de março entregamos o relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Nós reforçamos o apelo para que a Gomes & Gomes venha a esta Comissão, porque certamente irá sanar algumas dúvidas centrais para elaboração do relatório. Com certeza a sociedade catarinense irá agradecer muito por esse trabalho.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Deputado, se me permite, em alinhamento com o que o Deputado Marquito falou, acho que postura da Gomes & Gomes se deu desde o primeiro momento após o acidente, onde não deram assistência à Casan. Inúmeras tentativas, dificuldades de contatos, suporte praticamente zero, salvo equívoco, mandaram no dia do evento uma retroescavadeira e um maquinário, não atendem a 0,0005% de toda a incomodação, gasto financeiro e o prejuízo à imagem da Companhia, isso sem considerarmos as inúmeras falhas praticadas por essa empresa em lesão a Companhia e a sociedade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – É bem visível. É bem visível do projeto à execução a diferença que tem, inclusive nas questões de ferragens e tal, isso é muito visível, e isso acontece constantemente em obras públicas. Nós precisamos trabalhar para que isso não aconteça, falo isso como Prefeito do nosso Município de Jaraguá do Sul, o quanto trabalhei firme, pesado e forte em cima disso. Agora, eu atribuo a culpa à Casan na questão da fiscalização. A Casan se omitiu, tem a sua parcela de culpa, sim, no acompanhamento, na fiscalização, no seu trabalho que deveria executar! Isso não pode existir. Quando se fala em empresa pública, setor público, nós aqui, mesmo como políticos que estamos aqui hoje, nós estamos jogados no lixo, mas olha a história dá uma análise um pouquinho para trás, essa história toda que foi construída.
[Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa]

Hoje nós temos aqui o Deputado Mário Motta, eu, o Deputado Marquito, nós trabalhamos constantemente, diariamente para que isso não aconteça, gente.

O dinheiro público é coisa séria, não dá em árvores, ele se acaba, ele termina e de uma forma muito rápida, então eu sempre digo que nós temos que trabalhar constantemente, para que a iniciativa privada e o setor público andem juntos, caminhem juntos. Nós não podemos continuar com castas, na qual não se atribui a devida responsabilidade aos problemas que estão aí constantemente.

Eu faço voz aos nossos Deputados que vêm aqui para fazer um trabalho sério, honesto e transparente. Quero parabenizá-lo mais uma vez, Deputado Mário Motta, pela sua condução, pelo trabalho que vem sendo feito.

Agora, vendo o projeto, vendo as imagens do que foi projetado e do que foi executado, é visível, não precisa ser nem um engenheiro, nem um expert e a Casan é corresponsável com isso também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Eu gostaria só de reivindicar, se porventura, eu não sei se essa cópia que o senhor tem desse período pudesse já permanecer conosco, evitaria até de fazermos um requerimento formal ou algo parecido.

O SR. HUGO ROHDEN – É que essa aqui tem algumas anotações pessoais que eu fiz para me orientar aqui para a reunião, mas eu tenho já isso tudo separado, tranquilamente e rapidamente consigo encaminhar isso para vocês receberem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Presidente Marquito, eu apenas peço desculpas, porque é um tema que não caberia a nós indagarmos ao Rohden e nem ao advogado, mas é algo que também preocupa a nossa equipe.

Nós tentaremos encaminhar dentro dos documentos que temos para entender: como se justificou o número de aditivos dessa obra que acabou custando do que estava previsto para o término, se não me engano, quase R\$3 milhões a mais. Até onde a Gomes & Gomes não era responsável pelos atrasos, ou seja, você só consegue um aditivo ao solicitá-lo se a justificativa não envolver a responsabilidade da empresa que está pedindo esse aditivo. O que se estabeleceu no início: o valor da obra e o que se pagou até o final dá uma diferença de quase R\$3 milhões, se eu não estou enganado, só de reajustes.

Portanto, esse é o aspecto que, embora não estivesse diretamente vinculado à questão do porquê estourou o reservatório, que era o objetivo inicial da Comissão, mas é algo que também precisamos aprofundar, porque quase R\$3 milhões de diferença de preço do começo ao término da obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUNELLI – E o tempo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Por tudo isso.

Se o que motivou tem justificativa por parte da empresa, tudo bem, mas pelo que pudemos acompanhar e pelos problemas todos enfrentados é uma diferença significativa de valores do que se propôs contratar e do que se pagou ao final da obra.

Curiosamente, ainda em testes de estanqueidade quando estourou, mas já entregue. Curiosamente, já entregue praticamente. O que motivou até a dificuldade da Casan em acionar seguros.

Nós perguntamos aqui se a empresa havia depositado...

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Há uma diferença, Deputado, de entregue e de recebimento definitivo. Não houve o recebimento definitivo da estrutura justamente pelos problemas que ela vinha apresentando.

Só para esclarecer esse ponto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Então, mas aquele depósito de R\$498 mil que deveria ser feito pela empresa foi [feito]? Porque há duas formas de seguro, não é isso?

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Eu não tenho precisão dessa informação, mas via de regra, quando um contrato administrativo finda, que tem o encerramento pelo termo contratual, as garantias contratuais também perdem vigência. Tanto é que a cada aditivo de contrato, a empresa tem que renovar o seguro garantia ou a caução vinculado a um determinado contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Mas o contrato já havia findado.

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Quando ele se encerra as garantias contratuais já não estão mais vigentes, a gente não pode executar as garantias, daí se abre mão de outras medidas que a partir, digamos, da definição contundente pela perícia que a Casan contratou em externa independente, para apenas confirmar essas impressões primeiras da nossa área de engenharia, assim como os resultados que já estão chegando dos outros órgãos oficiais, nós adotamos as ações competentes contra a empresa Gomes & Gomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – Só para concluir, para que eu entenda.

O contrato já havia findado?

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – E ainda assim nós estávamos fazendo testes?

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – É que ela tem obrigação pela solidez e segurança da obra, essa obrigação pela solidez e segurança da obra decorre até do Código Civil. Eu posso ter um contrato administrativo que, digamos, encerrou há três anos e começou a apresentar problemas construtivos, a empresa tem essa garantia de ordem legal de dar esse amparo para a Casan enquanto a empresa pública, enfim, pela solidez e boa execução do serviço que ela prestou anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O senhor não tem noção como ficou a questão do seguro?

O SR. IVAN CESAR FISCHER JUNIOR – Do seguro não tenho, mas provavelmente considerando o histórico e o que o Deputado coloca, uma vez que o contrato não estava mais vigente, esse seguro não poderia mais ser acionado. Se essa cronologia que o Deputado está colocando aqui for... mas isso aí pode oficiar a gente e vamos prestar as informações. A nossa divisão de contratos é que faz a gestão dessa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Mário Motta) – O.k.

(O senhor Deputado Estadual Lunelli manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Senhores, eu considero encerrada essa etapa e esperamos que para o dia 11 tenhamos o retorno da Gomes & Gomes e também consigamos concluir aqui o relatório.

Muito obrigado a todos e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a nossa reunião. *[Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Camila Letícia de Moraes / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]*

Deputado **Marquito**

Presidente da 7ª Reunião Ordinária

Processo SEI 23.0.000052690-8

ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002-DL, de 2024

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, ALTERA o Ato da Presidência nº 024-DL, de 15 de fevereiro de 2023.

Substitui o Deputado Marcius Machado, na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, pelo Deputado Soratto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Camilo Martins

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Napoleão Bernardes

Deputado Repórter Sérgio Guimarães

Deputada Ana Campagnolo

Deputado Marcius Machado

Deputado Volnei Weber

Deputado Tiago Zili

Deputado Pepê Collaço

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Lucas Neves

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Mário Motta

Deputado Jair Miotto

Deputado Ivan Naatz

Deputado Jessé Lopes

Deputado Lunelli

Deputado Marcos Vieira

Deputado Fernando Krelling

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Lucas Neves

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Mário Motta

Deputado Repórter Sérgio Guimarães

Deputado Ivan Naatz

Deputado Maurício Peixer

Deputado Volnei Weber

Deputado Lunelli

Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Matheus Cadornin

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Napoleão Bernardes

Deputado Jessé Lopes

Deputado Sargento Lima

Deputado Tiago Zilli

Deputado Pepê Collaço

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Deputado Camilo Martins

Deputado Neodi Saretta

Deputado Napoleão Bernardes

Deputado Massocco

Deputado Oscar Gutz

Deputado Volnei Weber

Deputado Altair Silva

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Deputado Matheus Cadornin

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Sergio Motta

Deputado Jessé Lopes

Deputado Oscar Gutz

Deputado Dr. Vicente Caropreso

Deputado Marquito

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Deputado Camilo Martins

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Repórter Sérgio Guimarães

Deputado Massocco

Deputado Oscar Gutz

Deputado Lunelli

Deputado Altair Silva

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Deputado Matheus Cadorin
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Mário Motta
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Ivan Naatz
Deputado Fernando Krelling
Deputado Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Lucas Neves
Deputado Neodi Saretta
Deputado Repórter Sérgio Guimarães
Deputado Maurício Peixer
Deputado Massocco
Deputado Dr. Vicente Caropreso
Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Deputado Matheus Cadorin
Deputado Fabiano da Luz
Deputado Jair Miotto
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Carlos Humberto
Deputado Marcos Vieira
Deputado Pepê Collaço

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Matheus Cadorin
Deputado Neodi Saretta
Deputado Mário Motta
Deputado Carlos Humberto
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Fernando Krelling
Deputado Fabiano da Luz

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Lucas Neves
Deputado Fabiano da Luz
Deputado Julio Garcia
Deputado Carlos Humberto
Deputado Ivan Naatz
Deputado Lunelli
Deputado Marquito

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Camilo Martins
Deputado Neodi Saretta
Deputado Julio Garcia
Deputado Sargento Lima
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Emerson Stein
Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Sergio Motta
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Mário Motta
Deputado Marcius Machado
Deputado Oscar Gutz
Deputado Tiago Zilli
Deputado Marquito

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Deputado Lucas Neves
Deputado Fabiano da Luz
Deputado Repórter Sérgio Guimarães
Deputado Sargento Lima
Deputado Oscar Gutz
Deputado Emerson Stein
Deputado Altair Silva

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Camilo Martins
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Julio Garcia
Deputado Oscar Gutz
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Dr. Vicente Caropreso
Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Sergio Motta
Deputado Neodi Saretta
Deputado Jair Miotto
Deputado Nilso Berlanda
Deputada Ana Campagnolo
Deputado Emerson Stein
Deputado Pepê Collaço

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Deputado Lucas Neves
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Jair Miotto
Deputado Marcius Machado
Deputado Maurício Peixer
Deputado Fernando Krelling
Deputado Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Deputado Sergio Motta
Deputado Neodi Saretta
Deputado Mário Motta

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Soratto

Deputado Emerson Stein

Deputado Altair Silva

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Deputado Matheus Cadorin

Deputado Neodi Saretta

Deputado Napoleão Bernardes

Deputado Nilso Berlanda

Deputado Ivan Naatz

Deputado Tiago Zilli

Deputado Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Deputado Camilo Martins

Deputado Fernando Krelling

Deputado Marcius Machado

Deputado Carlos Humberto

Deputado Fabiano da Luz

Deputado Pepê Collaço

Deputado Mário Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Deputado Lucas Neves

Deputado Fernando Krelling

Deputado Marcius Machado

Deputado Massocco

Deputado Marquito

Deputado Jair Miotto

Deputado Fabiano da Luz

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

OFÍCIO INTERNO N° 1119780/2024/LID-PL

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2024.

Ao Excelentíssimo

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Assunto: Indicação de Parlamentares para composição das Comissões Permanentes

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, com amparo nos arts. 24, VI Regimento Interno da Alesc, comunicamos a Vossa Excelência que, após deliberação conjunta, a Bancada do Partido PL indica o Deputado Soratto a integrar a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa em substituição ao Deputado Marcius Machado.

Atenciosamente,

Deputado **Carlos Humberto**

Líder da Bancada PL

Processo SEI 24.0.000002431-3

———— * * * ————

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 003-DL, de 2024

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Rodrigo Minotto, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 15 de fevereiro do corrente ano, sem remuneração, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL**
Presidente

ATOS DA MESA**ATOS DA MESA DL****ATO DA MESA N° 003-DL, de 2024**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Daniel Westrupp, 1° Suplente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, a partir do dia 15 de fevereiro do corrente ano, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente
Deputada **Paulinha** - Secretária
Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário
Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário
Deputado **Delegado Egídio** - Secretário

Joinville, 15 de fevereiro de 2024.

Ao excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Mauro De Nadal
Presidente da ALESC

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, com amparo nos §§1 e 2º do art. 57 do Regimento Interno, comunico que declino de aceitar a presente convocação, sem, no entanto, abdicar de futura convocação.

Sem mais para o momento, reitero os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Daniel Westrupp
CPF 008.851.789-63

1

ATO DA MESA N° 004-DL, de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão André Guessser, 2º Suplente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, a partir do dia 15 de fevereiro do corrente ano, por declínio do 1º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Deputado **Delegado Egídio** - Secretário



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

VEREADOR ANDRE GUESSER



São José, 15 de fevereiro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Mauro De Nadal
Presidente da ALESC

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, com amparo nos §§1 e 2º do art. 57 do Regimento Interno, comunico que declino de aceitar a presente convocação, sem, no entanto, abdicar de futura convocação.

Sem mais para o momento, reitero os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

André Guessser
CPF 006.002.949-86
Vereador PDT – São José

* * *

ATO DA MESA N° 005-DL, de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antônio Arcanjo Duarte, 3° Suplente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, a partir do dia 15 de fevereiro do corrente ano, por declínio do 2° Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Deputado **Delegado Egídio** - Secretário

Lages, 15 de fevereiro de 2024.

Ao excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Mauro De Nadal
Presidente da ALESC

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, com amparo nos §§1 e 2º do art. 57 do Regimento Interno, comunico que declino de aceitar a presente convocação, sem, no entanto, abdicar de futura convocação.

Sem mais para o momento, reitero os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Antônio Arcanjo Duarte

CPF 557.944.169-04

* * *

ATO DA MESA N° 006-DL, de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Janaina Guedes de Freitas, 4ª Suplente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), para ocupar cadeira de Deputada neste Poder, a partir do dia 15 de fevereiro do corrente ano, por declínio do 3º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Rodrigo Minotto, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Deputado **Delegado Egídio** - Secretário

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO**REQUERIMENTO****REQUERIMENTO**

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado **MAURO DE NADAL**
Presidente da Alesc

GAB DEP RODRIGO MINOTTO

O Deputado que este subscreve requer, nos termos do inciso III, do art. 52, do Regimento Interno da Alesc, a concessão de licença para tratar de assunto de interesse particular, sem remuneração, pelo período de 30 (trinta dias) dias, a contar de 15 de fevereiro do corrente ano.

Rodrigo Minotto

Deputado Estadual

Processo SEI 24.0.000001521-7

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA N° 040, de 9 de fevereiro de 2024**

Fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2024, no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica fixado o calendário de feriados e pontos facultativos relativo ao ano de 2024, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina:

- 12 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- 13 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- 14 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até às 14h);
- 28 de março, quinta-feira Santa (ponto facultativo);
- 29 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);

- 21 de abril, domingo, Tiradentes (feriado nacional);
- 1º de maio, quarta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- 30 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- 31 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);
- 7 de setembro, sábado, Independência do Brasil (feriado nacional);
- 12 de outubro, sábado, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- 28 de outubro, segunda-feira, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- 2 de novembro, sábado, Finados (feriado nacional);
- 15 de novembro, sexta-feira, Proclamação da República (feriado nacional);
- 20 de novembro, quarta-feira, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (feriado nacional); e,
- 25 de dezembro, quarta-feira, Natal (feriado nacional).

Parágrafo único. Nos termos do Anexo Único da Lei nº 18.531, de 5 de dezembro de 2022, o feriado de 11 de agosto, Dia do Estado de Santa Catarina (Data Magna), e os eventos alusivos à data ficam transferidos para o domingo subsequente.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002571-9

— * * * —

ATO DA MESA Nº 041, de 9 de fevereiro de 2024

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Assembleia Legislativa em suas ações administrativas, no exercício de 2024, em razão das vedações legais atinentes ao pleito eleitoral deste ano.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, previstas no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nacional nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “Estabelece normas para as eleições”; e

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradora-Geral desta Casa nº 1874/2023, exarado nos autos eletrônicos do Processo SEI 23.0.000050285-5, em 15 de janeiro de 2024,

RESOLVE:

Art.1º Os procedimentos a serem adotados pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em suas ações administrativas, no exercício de 2024, em razão das vedações legais atinentes ao pleito eleitoral deste ano, devem obedecer ao disposto no Anexo Único deste Ato da Mesa.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

ANEXO ÚNICO

| AÇÃO ADMINISTRATIVA | FUNDAMENTO | VEDAÇÕES E OBSERVAÇÕES |
|--|--|---|
| Política de pessoal e atos administrativos inerentes | Art. 73, V e VIII, da Lei nacional nº 9.504/1997; Parecer Procuradoria nº 1874/2023; Ac.-TSE, de 8.8.2006, no REspe nº 26054; Ac.-TSE, de 6.3.2018, no RO nº 222952. | 1.Sem prejuízo de outras restrições, no ano de 2024 podem ser objeto de concessão, até o dia 09/04/2024, as revisões convencionais pendentes, alusivas a ciclo ou ciclos anuais anteriores; 2.A contar de 10/04/2024, permite-se apenas a recomposição “da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição”; 3.A locução “ano da eleição” equivale ao ano civil em curso, que se inicia em 01/01/2024; |

| | | |
|---|--|--|
| | | <p>4.O impedimento temporário de concessão não afeta o direito às revisões, todavia as põe em latência até a posse dos eleitos no ano de 2025.</p> <p>5. O escritório de apoio parlamentar é uma instalação da Assembleia e sobre ele incidem as restrições de uso aplicáveis ao gabinete principal. O desvio de finalidade do escritório de apoio pode tipificar conduta irregular, na perspectiva de que naquele ambiente não se admite desenvolver atividades estranhas ao mandato;</p> <p>6. O veículo abastecido pelo erário não pode ser usado em atividade eleitoral, cabendo aos agentes públicos evitar situações que possam confundir a utilização;</p> <p>7. Aplicam-se ao transporte aéreo e ao rodoviário as mesmas restrições dos itens 5 e 6 supra, sendo vedada a utilização de bilhetes pagos pelo Estado quando o servidor participar, no tempo e no destino deslocamento, de eventos de natureza eleitoral;</p> <p>8. A Administração da Alesc tem até data de 08/07/2024 para nomear e exonerar os cargos em comissão, bem como designar ou dispensar as funções de confiança de seu Quadros de Pessoal;</p> <p>9. Em igual prazo de vedação do item 8 é a nomeação dos aprovados em concurso público já homologado, ou seja, a partir de 08/07/2024 não se poderia nomeá-los, pondo-os em latência até a posse dos eleitos no ano de 2025; e</p> <p>10. Embora a previsão contida no dispositivo legal (inciso V do art. 73 da Lei das Eleições) preveja a vedação limitada "a circunscrição do pleito", que no caso seriam eleições municipais, logo, não afetando literalmente este Legislativo estadual, vale advertir que o TSE entende possível a tipificação se evidenciada a conexão com o processo eleitoral.</p> |
| Realização de Sessões Solenes, Especiais e de Ato Parlamentar Solene | Parecer Procuradoria nº 1874/2023 | <p>1. Consideram-se não obstadas as reuniões e sessões do parlamento estadual, a despeito de que discursos isolados proferidos nesses atos possam denotar propaganda eleitoral;</p> <p>2. no período compreendido entre (I) a data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberações sobre coligações e à escolha de candidatos e (II) o dia das eleições, as sessões devem acontecer exclusivamente no Plenário da Assembleia Legislativa, não podendo a Mesa autorizar a realização de sessões solenes e/ou especiais fora da sede do Parlamento.</p> <p>3. No calendário de 2024, as datas expressadas no item 2 situam-se entre o período de 20/07/2024 (art. 8º da Lei nº 9.504/97) à 27/10/2024 (inciso II do art. 29 da CRFB/88).</p> |
| Audiências públicas e demais eventos promovidos pelas Comissões Permanentes | Parecer Procuradoria nº 1874/2023 | Consideram-se as audiências públicas e demais eventos promovidos pelas Comissões labor parlamentar típico, o que não prejudica a extensão da mesma cautela aludida no tópico "Realização de Sessões Solenes, Especiais e de Ato Parlamentar Solene", ambientando todas as reuniões das comissões no edifício-sede durante o período compreendido entre 20 de julho, domingo (início de registro das candidaturas e coligações) e 27 de outubro, domingo, dias das eleições (2º turno). |
| Contratação de coquetéis, coffee-break's, decoração e suporte necessários à realização de Sessões Solenes | Parecer Procuradoria nº 1874/2023; e art. 8º da Lei nº 9.504/97 | Assembleia pode promover despesas com coquetéis, coffee break's, decoração e suporte quanto necessárias à realização de sessões solenes regimentalmente aprovadas que forem realizadas até o dia 19 de julho de 2024, quando, após esta data (20/07/2024), inicia-se o período de "escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações." |
| Doação de bens inservíveis e de materiais de distribuição gratuita | Art. 73, § 10, da Lei nacional nº 9.504/1997; e Parecer Procuradoria nº 1874/2023. | Durante o ano eleitoral (em 2024). |
| Despesas com propaganda institucional | Art. 73, VI, "b", da Lei nº 9.504/97; e Parecer | 1. A propaganda institucional é proibida nos três meses que antecedem às eleições, a partir de 08/07/2024; |

| | | |
|--|---|--|
| | Procuradoria n° n° 1874/2023 | 2. No primeiro semestre do ano eleitoral, as despesas da espécie não podem exceder a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; e 3. Terminada a eleição (28/10/2024), as despesas podem ser retomadas. |
| Cessão de espaço a partidos políticos | Arts. 8° e 73, I, da Lei n° 9.504/97; Julgados do TSE; e Parecer Procuradoria n° n° 1874/2023 | Os partidos políticos poderão reservar e usar os espaços comuns da Alesc para realização das convenções partidárias no período indicado no art. 8° da Lei n° 9.504/97, situado entre 20/07/2024 a 05/08/2024, conforme excepcionalidade prevista no inciso I, "in fine", do art. 73 do mesmo diploma legal. De acordo com o TSE, a vedação de que trata o art. 73, I, ocorre anteriormente aos 3 (três) meses que antecedem o pleito, ou seja, a vedação ocorre, no ano das eleições, desde janeiro de 2024. |
| Cessão de espaço a entidades privadas ou a pessoas físicas | Parecer Procuradoria n° n° 1874/2023 | Somente após o 2° turno eleitoral, em 27/10/2024. |
| Aquisição de cotas de patrocínio (ou de participação em eventos) e de estandes | Art. 73, VI, "b", da Lei n° 9.504/97; e Parecer Procuradoria n° n° 1874/2023. | 1. A aquisição é proibida nos três meses que antecedem às eleições [de 08/07/2024 até 28/10/2024]. 2. No primeiro semestre do ano eleitoral, as despesas da espécie não podem exceder a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; e 3. Terminada a eleição (28/10/2024), as despesas podem ser retomadas. |

Processo SEI 23.0.000050285-5

* * *

ATO DA MESA N° 042, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ ROBERTO SILVEIRA**, matrícula n° 1292, Adicional de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 2,787, estabelecido no Anexo X, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 19 de janeiro de 2024.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000000827-0

* * *

ATO DA MESA N° 043, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,

POSICIONAR o servidor **ALBERTO CECHETTO BECK**, matrícula n° 6334, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-16, a contar de 12 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000037868-6

* * *

ATO DA MESA N° 044, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **MARIA HELENA SARIS**, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-15, a contar de 16 de novembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000040162-5

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 045, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o servidor **RAFAEL GHISI DUTRA**, matrícula n° 6343, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-9, a contar de 19 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000032354-7

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 046, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o(a) servidor(a) **ADRIANA HELENA DE SOUSA GEZAK**, matrícula n° 4992, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-17, a contar de 19 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000052412-3

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 047, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução n° 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR a servidora **MARCELA DINIZ DOS SANTOS**, matrícula nº 7214, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-9, a contar de 19 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000030385-6

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 048, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,*

POSICIONAR o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, do Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-16, a contar de 1º de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000034652-0

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 049, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ATRIBUIR ao servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO**, matrícula nº 6348, Adicional de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 2,787, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 13 de dezembro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000051834-4

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 050, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **JAMILLE PROFETA DA SILVA**, matrícula nº 12210, servidora do Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocada à disposição desta Assembleia Legislativa, da função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de fevereiro de 2024 (GAB DEP SORATTO).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002247-7

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 051, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no Anexo III-C da Resolução n° 002, de 2006, c/c o Ato da Mesa n° 006, de 19 de janeiro de 2018,*

DESIGNAR JAMILLE PROFETA DA SILVA, matrícula n°12210, servidora do Executivo - Secretaria de Estado da Educação, à disposição desta Assembleia Legislativa por meio do Termo de Convênio n° 011/2023, para exercer a função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada, com lotação no respectivo Gabinete Parlamentar e atribuições de assessoramento parlamentar, a contar de 7 de fevereiro de 2024 (GAB DEP MAURÍCIO PEIXER).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002247-7

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 052, de 9 de fevereiro de 2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, a contar de 7 de fevereiro de 2024, os efeitos do Ato da Mesa n° 314, de 28 de fevereiro de 2023, que concedeu Retribuição Financeira por Desempenho de Atividades Administrativas de Chefe de Gabinete ao servidor **MARCEL SCHMITZ GUTIA**, matrícula n° 7491 (GAB DEP NEODI SARETTA).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 24.0.000002720-7

PORTARIAS**PORTARIA N° 192, de 7 de fevereiro de 2024**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

NOMEAR LUCIANO CARVALHO DE SA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JESSE LOPES – BIGUAÇU).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000002812-2

————— * * * —————

PORTARIA N° 195, de 8 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com base no parágrafo único do art. 1° do Ato da Mesa n° 396, de 29 de novembro de 2011, e no item II da Cláusula Quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e a Assembleia Legislativa, datado de 25 de outubro de 2011,*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce atividade parlamentar externa - relatório, a contar de 8 de fevereiro de 2024.

| Matrícula | Nome do Servidor | Cidade | Gabinete |
|-----------|----------------------|-------------|------------------------|
| 12179 | JONAS ALVES DA COSTA | PORTO UNIÃO | GAB DEP MARCOS DA ROSA |

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000002972-2

PORTARIA N° 196, de 9 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **TAYNA DA SILVA DE MORAES**, matrícula n° 12415, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-62, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de fevereiro de 2024 (LIDERANÇA DO PL).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003139-5

PORTARIA N° 197, de 9 de fevereiro de 2024

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR CARLOS ROBERTO CAETANO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP VICENTE CAROPRESO – JOINVILLE).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 24.0.000003085-2

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N° 026/2023

ESPÉCIE: Termo de Convênio n° 26/2023.

PARTÍCIPES: A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC e a Prefeitura Municipal de Palhoça.

OBJETO: O presente Termo tem por finalidade definir as regras relativas à disposição de servidores entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Palhoça, com vistas à cooperação técnico-profissional entre os Convenientes.

VIGÊNCIA: O presente convênio vigorará com efeitos a partir de 22/01/2024 até 28/02/2025.

SIGNATÁRIOS: Deputado Mauro de Nadal - Presidente da ALESC e Eduardo Freccia - Prefeito Municipal de Palhoça.

Florianópolis, 8 de fevereiro de 2024.

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000038899-8
